



Universidade de Brasília  
Centro de Excelência em Turismo

# **PROJETO NOVO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE EM ALTO PARAÍSO - GO**

TAÍSA RINCO

ORIENTADORA: DR<sup>a</sup>. PROF<sup>a</sup>. TÂNIA MONTORO

Monografia apresentada à banca examinadora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília em cumprimento às exigências para obtenção do título de Pós-Graduação Latu Sensu do Curso de Especialização para Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade.

Brasília, DF, dezembro de 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Centro de Excelência em Turismo  
Curso de Especialização para Professores e Pesquisadores em  
Turismo e Hospitalidade

**PROJETO NOVO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE  
MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE  
EM ALTO PARAÍSO - GO**

TAÍSA RINCO

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. e Dr<sup>a</sup>. Tânia Montoro  
Orientadora

---

Membro da Banca

Brasília, DF, 03 de dezembro de 2003.

RINCO, Taísa

**Projeto Novo Lixo:** Uma Experiência de Mobilização Social para a Sustentabilidade em Alto Paraíso-Go / Rinco Taísa // Brasília, 2003.

iii, 100 f.

Curso de Especialização para Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.

1. Desenvolvimento sustentável 2. Projeto novo lixo.

TAÍSA RINCO

**PROJETO NOVO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE  
MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE  
EM ALTO PARAÍSO - GO**

Aprovado em \_\_\_\_\_

COMISSÃO AVALIADORA

---

Doutora e Professora Tânia Montoro  
Orientadora

---

Professor (a)

---

Professor (a)

Brasília, DF, 03 de dezembro de 2003

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu filho Talles, hoje com cinco anos, que durante o percurso de realização do Curso de Especialização Para Professores e Pesquisadores em Turismo, e principalmente durante o período de confecção desse trabalho, ficou muitas vezes relegado o segundo plano, privando-se da presença da mãe, tendo que ficar sob os cuidados de parentes e empregadas. Espero que esse esforço sirva para ele como exemplo em sua vida, que está apenas se iniciando, para que ele saiba que o conhecimento é o maior bem que podemos adquirir.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que está acima de tudo e de todos, e que me concede saúde para as atividades diárias.

Aos meus pais, que nunca mediram esforços para que seus filhos pudessem estudar.

A minha irmã Sheilla, e meu cunhado Carlos André, que tantas vezes ficaram com meu filho para que eu pudesse freqüentar as aulas do curso de Especialização para Professores e Pesquisadores em Turismo.

A comunidade de Alto Paraíso, que mesmo sem ter conhecimento direto do assunto, foi o objeto da minha pesquisa.

Aos colegas de curso, que alegraram e enriqueceram essa experiência.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

“Não se pode ensinar tudo a alguém, pode-se apenas ajudá-lo a encontrar por si mesmo.”

Galileu

## RESUMO

Após um panorama da conceituação teórica sobre desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, é feito um estudo do caso de implantação do Projeto Novo Lixo em Alto Paraíso, com uma proposta de implantação de processo de mobilização social para alcançar a participação da comunidade. Através de pesquisa teórica, levantou-se o referencial teórico existente sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade no turismo, e mobilização social. Levantou-se então o histórico do município de Alto Paraíso de Goiás e das Organizações Não Governamentais existentes no mesmo, com seus respectivos históricos, participações em projetos comunitários e situações atuais. Num terceiro momento foi feito um estudo de caso sobre o Projeto Novo Lixo em Alto Paraíso, com levantamento de documentos em instituições públicas, como Prefeitura Municipal e Agência Ambiental, e ainda visitaçao ao local de implantação do projeto. Explicitou-se os objetivos do Projeto Novo Lixo, as vantagens que traria a comunidade, as organizações governamentais envolvidas, fazendo-se um estudo sobre os motivos que fizeram com que o mesmo fracassasse em 1996/1997. Finalizando é feita uma proposta de desenvolvimento de um processo de mobilização social para a implantação efetiva do Projeto Novo Lixo em Alto Paraíso.



## **ABSTRACT**

After a theoretical demonstration of the concepts about sustainable development and tourism, a case study was done on the implantation of the NEW GARBAGE PROJECT in Alto Paraíso with the purpose of implanting a social mobilization process in order to reach the community participation. Consideration was given to the history of the municipality of Alto Paraíso and to Non Governmental Organizations existent with their historical references, plus participation in communitarian projects and present situations. In a third moment a study case about the NEW GARBAGE PROJECT in Alto Paraíso was presented, considering the documentation existent in public institutions such as the local Environmental Agency and the Mayor House plus a visit to the implantation project place. The goals of the NEW GARBAGE PROJECT were showed, the advantages that it would bring to the community, the Governmental and Non Governmental Organizations participants plus an analyses about the reasons that took it to fail in 1996 / 1997. Finally it was presented a proposal of a social mobilization process for the real implantation of the NEW GARBAGE PROJECT.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
EPÍGRAFE	
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
INTRODUÇÃO .....	11
1-SUSTENTABILIDADE E TURISMO.....	12
1.1 Desenvolvimento Sustentável .....	12
1.2 Agenda 21 .....	17
2- TURISMO SUSTENTÁVEL.....	25
3- MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	32
4- ALTO PARAÍSO.....	37
4.1Histórico .....	37
4.2 Infra-Estrutura Urbana.....	45
4.3 O Turismo em Alto Paraíso .....	46
4.4 Associativismo em Alto Paraíso – Organizações não Governamentais ....	54
5- PROJETO NOVO LIXO: UM ESTUDO DE CASO .....	67
6-DESENVOLVENDO UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO LIXO EM ALTO PARAÍSO .....	74
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	79
ANEXOS A .....	81
1. Fotos do Lixão a Céu Aberto - Alto Paraíso – GO – novembro 2003.....	82
ANEXOS B.....	89
1. Fotos da Usina de Reciclagem de Lixo e Aterro Sanitário- Alto Paraíso – GO – novembro 2003 .....	90

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1-Mapa – Localização do Município de Alto Paraíso de Goiás .....	37
2-Mapa – Hipsométrico – Altitudes.....	42
3-Mapa – Distrito de São Jorge.....	44
4-Fotografias “Lixão” .....	82
5-Fotografia Usina de Lixo .....	90

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada no município de Alto Paraíso, Estado de Goiás, com o objetivo de identificar a mobilização social como condição para o desenvolvimento do turismo sustentável, e ainda demonstrar a importância da comunidade na realização de projetos que visem a sustentabilidade.

As perguntas são: é possível alcançarmos o desenvolvimento sustentável da atividade turística? Como fazê-lo? Qual a participação, o papel da comunidade local nesse processo?

Pretende-se chegar a essas respostas fazendo um estudo de caso da tentativa de implantação de usina de reciclagem e coleta seletiva de lixo em Alto Paraíso, que aconteceu em 1996.

O projeto, em sua concepção original, necessitava primordialmente da participação da comunidade, coletando o lixo seletivamente, para que pudesse se efetivar. Não se efetivou.

Uma outra pergunta: Porque não se efetivou?

A metodologia utilizada será de pesquisa teórica sobre os conceitos de sustentabilidade, turismo sustentável e mobilização social. Os dados sobre o Projeto Novos Lixo serão levantados junto à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – Goiás e Agência Ambiental do Estado de Goiás.

Através da conceituação teórica e do estudo de caso, pretende-se confirmar se a ausência de mobilização social foi à razão para a não execução do Projeto Novo Lixo.

## 1- SUSTENTABILIDADE E TURISMO

### 1.1-Desenvolvimento Sustentável

Muito se tem ouvido falar em sustentabilidade, preservação, desenvolvimento sustentável, turismo responsável, etc. Alguns livros já foram escritos, os conceitos estão se desenvolvendo, mas, essa sustentabilidade é realmente possível? Partindo dos conceitos já existentes, da fundamentação teórica desenvolvida por pesquisadores, onde se destaca Doris Rushmann, o homem moderno realmente é capaz de viver de forma sustentável? As ações diárias, as práticas cotidianas são sustentáveis? São perguntas a serem feitas, ao ler-se por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável no entendimento da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

Um processo de transformação, na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.<sup>1</sup>

(Brasil, Senado Federal. Agenda 21,2001.)

É um conceito completo, desenvolvido para respaldar os questionamentos teóricos sobre o desenvolvimento sustentável e sua relação com o turismo. Mas é praticável? A sociedade, tem condições de realmente assimilar esse e outros conceitos existentes, no dia-a-dia, na hora do almoço, no trabalho, ao acordar e ao dormir? O que se faz com a latinha de coca-cola ou com o papel de cigarro? Joga-se pela janela... mecanicamente, sem pensar... E atualmente as pessoas são esclarecidas, conscientes. Têm-se condições de aliar a prática do conceito de sustentabilidade às necessidades diárias? O desenvolvimento sustentável passa essencialmente por aí. O mundo é formado por pessoas que funcionam no mínimo 12 horas por dia relacionando-se com o ambiente. O que o homem

---

<sup>1</sup> BRASIL, Senado Federal. **Agenda 21**: Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

faz nessas 12 horas? Come, trabalha, consume, produz muito lixo. Em todos os momentos, o homem está produzindo algum tipo de lixo, alguma coisa que não servirá mais, e em todos os momentos está se relacionando com o meio ambiente. Ao se falar de desenvolvimento sustentável, de preservação, prevenção, pensa-se sempre em grandes impactos ambientais, em desastres ecológicos, em indústrias ou fabricas jogando chorume em rios e mares, em animais em extinção, em impactos do turismo de massa sobre determinado santuário ecológico. Mas, e o pequenino papel de cigarro? E a criança que leva horas no chuveiro? E o pai que lava o carro com grande quantidade de água? E a latinha de cerveja jogada na rua?

O desafio que se estabelece é como desenvolver a atividade turística em santuários ecológicos. Como fazer esses conceitos serem esmiuçados e chegarem ao nível de consciência da população em geral, das pessoas que, uma a uma formam a população mundial, para que o cotidiano seja sustentável e isso reflita na vida de todo o planeta, mas lembrando sempre que a população mundial é formada por indivíduos.

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defronta-se o tempo todo com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integre, em todos os níveis, a preocupação relativa ao meio ambiente e ao desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível de qualidade de vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados, e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntas, porém, em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável, pode-se.

Desenvolvimento Sustentável é uma noção recente e ainda em fase de elaboração, difundida a partir de 1987 através do relatório Brundtland, denominado “Nosso Futuro Comum” e de maneira mais expansiva e efetiva em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu no Rio de Janeiro, a ECO 92.

Hoje, o Desenvolvimento Sustentável está estruturado no tripé que determina um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental de

forma a garantir qualidade de vida para nós e as futuras gerações. A estas três dimensões soma-se uma outra que é transversal a todas elas: a política, que transfere aos grupos sociais uma oportunidade, um papel no processo de tomada de decisão, seja ela municipal, estadual ou federal.

Para se compreender essa nova linguagem que necessita da interação dos mais variados atores sociais para funcionar efetivamente, é necessário se estabelecer um conhecimento de conceituações amplas sobre sustentabilidade. A seguir, um conjunto de interessantes conceituações que dinamizam a clareza de compreensão.

Consta no livro sustentabilidade Ecológica no Turismo de Dóris Santos Farias e Kátia Saraiva Carneiro, (pág. 13 e 14).

- Sustentabilidade é uma relação entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores, também dinâmicos e que, no entanto, modificam-se mais lentamente, de tal forma que a vida humana pode continuar indefinidamente, os indivíduos podem prosperar e as culturas humanas podem desenvolver-se, mas também, uma relação na qual os efeitos das atividades humanas permanecem dentro de limites que não deterioram a saúde e a integridade de sistemas auto-organizados que fornecem o contexto ambiental para estas atividades.

(Norton,1992, pág.25)

- Sustentabilidade implica a habilidade do sistema manter sua estrutura (organização) e função (vigor), com o passar do tempo, em face de estresse externo (resiliência).

(Constanza,1992, pág.240)

- A sustentabilidade apenas ocorre quando não há declínio do capital natural.

( Constanza e Daly, 1992.)

- Ser sustentável é fornecer alimento, fibra e outros recursos naturais e sociais necessários para a sobrevivência de um grupo - sociedade nacional ou internacional, setor econômico ou categoria residencial -, de modo que tais recursos essenciais sejam mantidos para as gerações presentes ou futuras.

( Wimberly, 1993, pág.01)

- Quando se quer manter um certo estado ou função face à natureza cíclica do desenvolvimento, a sustentabilidade é considerada um processo induzido, imposto ao sistema como parte da atividade humana,

sendo totalmente controlada e manejada pelo homem para preservar o sistema no estado desejado.

( Voinov, 1999)

- A sustentabilidade não implica, tão somente, o manejo do subsistema ecológico mas, também, a moldagem dos objetivos sociais de maneira adaptativa. Um pré-requisito importante para a sustentabilidade é o balanço entre o desejo da sociedade e as capacidades ecológicas.

( Voinov, 1999)

- Dentre as diferentes definições de sustentabilidade, observa-se a existência de um componente comum a todas: a manutenção em certo nível, evitando o declínio; a continuidade de um certo recurso, sistema, condição ou relacionamento. Comportamento este que não parece ser inerente aos sistemas ecológicos, tampouco aos sistemas sociais e econômicos criados pelo homem.<sup>2</sup>

( Voinov, 1999)

(Dóris Santos de Farias e Kátia Saraiva de Carneiro)

Fica visível que para se compreender e agir dentro do conceito de sustentabilidade, deve haver aceitação da necessidade de se adotar uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente, economia e sociedade. O tom principal desta reflexão traz a necessidade emergente de se trabalhar sobre preservação e conservação ambiental, mas ressalta o quadro agudo da pobreza, entendida não só como insuficiência de renda, mas como também o não acesso a serviços básicos, a programas sociais e a políticas públicas.

Dentro desta linha de raciocínio, emergem duas importantes dimensões do desenvolvimento: a sócio ambiental e a socioeconômica.

A dimensão socioeconômica é evidenciada a partir da noção da pobreza, onde verifica-se a existência de uma apropriação injusta e desigual entre ricos e pobres, setor privado e setor público, centro e periferia que trazem como resultado sérias agressões ao meio ambiente.

A dimensão socioeconômica sinalizada pela experiência histórica mostra até os dias atuais, que crescimento econômico não garante, necessariamente, desenvolvimento e distribuição de renda.

---

<sup>2</sup> FARIA, Dóris Santos de, CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo**. Brasília: Universidade de Brasília. 2001.



Lembrando algumas conferências mundiais realizadas a partir de 1992 pela ONU, onde a questão socioeconômica foi tratada:

- Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro,
- Sobre Populações no Cairo,
- Sobre Cúpula Social em Copenhague,
- Sobre a Mulher em Beijing,
- Sobre assentamentos humanos em Istambul
- Sobre Desenvolvimento Sustentável em Juhanesburgo

Observa-se que em todas essas conferências, a questão da pobreza teve lugar privilegiado nos debates. Sua erradicação foi apontada como uma das condições para enfrentar os problemas de degradação do meio ambiente, de violação dos direitos humanos, de déficit habitacional e de todas as formas de discriminação social. Da mesma forma, foi destacado ainda o aumento acelerado do número de famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza.

Esses indicadores ainda são somados a estudos citados que analisaram a situação mundial, e revelaram que em cinquenta anos, a quantidade de pessoas pobres triplicou e equivale a quase um quarto do total da população mundial. Por sua vez, as riquezas mundiais, neste mesmo período, cresceram sete vezes e o número de ricos dobrou, ampliando as desigualdades sociais.

Vê-se o desequilíbrio econômico com relação à sociedade de maneira geral. Dados como estes deixam claro, que é preciso que haja vontade política, tanto por parte do governo como por parte da sociedade, para mudar esse quadro. Para isso é necessário promover transformações de caráter (re) distributivo, que incida imediatamente sobre o cotidiano das pessoas. E isto só pode ser feito, mediante políticas públicas de inclusão, o que significa necessariamente redistribuir renda, poder e oportunidade. Um desenvolvimento que traz em si o desafio de promover a justiça social, garantir a integridade do meio ambiente e do crescimento econômico para atender as necessidades das gerações atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

O Desenvolvimento Sustentável reafirma o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida que propõe um melhor manejo de

seus custos sociais e ambientais. O fato de advogar uma sociedade mais produtiva, com menor custo sócio ambiental, não implica necessariamente uma opção por uma ordem mais justa e participativa. Pode-se chegar a um alto nível de eficiência, com novas e “limpas” tecnologias, e até mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e a ética das relações sociais”.

Segundo Dóris Santos Farias e Kátia Saraiva Carneiro.

O antagonismo entre crescimento econômico e sustentabilidade é próprio de uma sociedade capitalista, na qual a preocupação em garantir a continuidade do processo de industrialização, afetada pelo esgotamento de recursos, esbarra em uma lógica de mercado, alheia a estratégias de médio e longo prazo que priorizam benefícios sociais e ambientais em oposição à acumulação de renda e conseqüentes disparidades econômicas. Na arena política internacional o tema reflete a dicotomia entre países ricos e pobres, na qual o meio ambiente estabelece o ponto de tensão entre as estratégias de desenvolvimento. Na arena sócio econômica clama-se por uma transformação nos meios de produção e consumo, na organização social e nas vidas pessoais.<sup>3</sup>

(Dóris Santos de Farias e Kátia Saraiva de Carneiro (2001:19)

## 1.2- Agenda 21

Esses conceitos de desenvolvimento sustentável foram consolidados como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Nessa conferência foi aprovada a Agenda 21, documento contendo uma série de compromissos acordados entre os países participantes que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios sustentáveis.

A Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência de todos os indivíduos sobre o papel que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. O

---

<sup>3</sup> Idem ibidem

processo de construção da Agenda 21 brasileira foi deflagrado tardiamente, somente cinco anos depois da Eco-92. Desde o início houve o engajamento do Fórum Brasileiro de ONGS e Movimentos Sociais, que atuou na formação da CPDS - Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e dela tem participado por meio de seus representantes. Por ser presidida pelo Ministério do Meio Ambiente, a CPDS e a própria Agenda 21 brasileira ficaram relegadas, pelo Governo Federal, a planos secundários, tendo tido pouca efetividade na sua função de elaborar ou assistir à elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Coube à CPDS, a tarefa de coordenar a elaboração de uma Agenda 21 nacional.

A Agenda 21 brasileira teve o início de seu processo de elaboração a partir da definição de seis temas ( agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra estrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais a ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável), que nortearam seminários e oficinas por todo o país, onde representantes de diferentes setores puderam manifestar seus pontos de vista sobre problemas brasileiros e sobre opções para solucioná-los. As regiões, estados e municípios puderam então levantar seus problemas e formas de solução para os mesmos, que foram então formatados na Agenda 21 Brasileira. O objetivo era que cada município desenvolvesse sua Agenda 21 local, que seria o instrumento para, a partir do conhecimento de suas deficiências, propor o plano municipal de desenvolvimento local sustentável.

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira, embora com lacunas, foi reconhecido como sendo bastante singular e relevante: nos últimos anos, não se conheceu nenhum outro similar relativo à política pública nacional de desenvolvimento do país que tenha sido objeto de oportunidades de participação e construção conjunta. Mais de duas mil emendas foram apresentadas durante a sua elaboração e 40 mil pessoas tiveram participação ao longo do processo. A Agenda 21 Global, contém recomendações concretas de como acelerar de forma consistente, embora gradual e negociada, a substituição dos atuais padrões de desenvolvimento vigentes no mundo. Essas recomendações são as principais fontes de inspiração para a Agenda Brasileira. Entretanto, a rica experiência de consolidação democrática de nosso país, com um federalismo descentralizado e cada vez mais participativo, trouxe um grande estímulo aos

debates nacionais, promovendo inovações e preenchendo, com novas particularidades, a construção do documento brasileiro.

O destaque internacional e a mobilização nacional em torno da Conferência de 1992 abriram também a possibilidade real de acelerar, no plano interno, mudanças no modelo de desenvolvimento. A década de 1990, no Brasil, destacou-se pela luta por estabilização econômica, abrindo caminhos de compromisso com a sustentabilidade política, social e ambiental, segundo os preceitos inovadores da Agenda 21.

A partir desse contexto e com o firme propósito de fortalecer a posição internacional do Brasil na condução das políticas mundiais de desenvolvimento sustentável e de acelerar, internamente, a transição para o novo modelo de desenvolvimento, a CPDS (Comissão Política de Desenvolvimento Sustentável) e a Agenda 21 Nacional concluiu um trabalho de cinco anos que, envolvendo todo o Brasil, definiu uma pauta de mudanças a serem assumidas pelas diversas instituições nacionais e suas mais expressivas lideranças.

A primeira grande inovação da Agenda 21 é que o objetivo comum a ser atingido não está restrito à preservação do meio ambiente, mas ao desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo que introduz, na discussão, a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Trata-se, portanto, da procura por uma nova racionalidade que garanta a solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo perdulário e pela exploração predatória dos recursos naturais.

No ano de 1998, ainda no início dos debates, buscou-se criar oportunidades para potencializar uma contribuição da Agenda 21 brasileira à elaboração do Plano Plurianual - PPA Nacional. A Agenda 21 local tornou-se instrumento de planejamento de aproximadamente 100 municípios.

Essa experiência permitiu a sensibilização de lideranças, a educação de jovens e a identificação de valores, atitudes e práticas compatíveis com a sustentabilidade do desenvolvimento.

A Agenda 21 Global, por não ser um acordo internacional legalmente vinculado - *hard law* - razão para que alguns a qualifiquem como instrumento frágil - não foi objeto de apropriação exclusiva do Governo Federal. Isso resultou

em desdobramentos positivos, ou seja, foi possível que outros níveis de governo - estados e municípios - e até organizações da sociedade civil se apropriassem da Agenda 21 global, para desenvolver projetos e ações relacionadas ou que deflagrassem Agendas 21 locais.

A Agenda 21 tem sido crescentemente utilizada, no Brasil, para fundamentar processos de planejamento participativo do desenvolvimento e mobilização social em torno das questões de qualidade de vida.

Para que a Agenda 21 Brasileira não fique subordinada apenas à lógica econômica, recomendou-se que a divulgação, disseminação e implantação da mesma estejam sempre lastreadas e acompanhadas de atividades que explicitem os valores e princípios da ética, da democracia, da solidariedade, entre outros.

Para esse fim, é mister que a Agenda 21, nacional ou local, observe algumas recomendações conforme documento produzido pelo Fórum Brasileiro de Organizações não Governamentais e Movimento Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentado na WSSD – World Summit on Sustainable Development, em português, a CMDS - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, que aconteceu em Johannesburgo, África do Sul em Agosto/Setembro de 2002. Durante o evento foi analisado o progresso logrado com a implementação da Agenda 21, bem como elaborado um novo projeto com o propósito de avançar ainda mais as políticas e programas voltados para o desenvolvimento sustentável no mundo inteiro.

O documento em questão é um caderno de propostas denominado “Brasil 2002 Plataforma Política - A sustentabilidade que queremos”, que foi recebido pelas organizações governamentais do país, e atualmente serve como subsídio para parcerias diretas e programas de governos.

Algumas das principais recomendações a serem observadas:

- Utilização da Agenda 21 Brasileira como base para o programa de Governo e definição do Orçamento da União;
- Transparência nas parcerias entre Estado, sociedade organizada e empresas;
- A erradicação da pobreza por meio de desenvolvimento local e sustentável e fortalecimento das instâncias locais;

- Promoção de um encontro multisetorial para análise e aprovação dos documentos finais: Agenda 21 Brasileira e sua Agenda de Prioridades;
- Implementação do Programa Nacional de Elaboração e Implementação de Agendas 21 Locais, até 2012;
- Aumento da participação dos municípios na receita tributária nacional, elevando-a de cerca de 16% para 30%;
- Adoção de um índice de desenvolvimento sustentável anual para o Brasil, para os estados, municípios, regiões dos biomas e ecossistemas associados e regiões rurais, que seja resultante dos indicadores, informações e estatísticas recolhidas obrigatoriamente pelos sujeitos sociais públicos e privados, individuais e coletivos, institucionalizados ou não, que serão orientados a produzi-los de forma adequada conduzidos pelo princípio da interdependência;
- Criação de um programa nacional de educação para a sustentabilidade;
- Em cada um dos biomas nacionais, estudar e avaliar a possibilidade de transformação de áreas prioritárias para proteção em unidades de conservação, considerando as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável;
- Promoção de medidas que aumentem a capacidade de compreensão da população brasileira em todas as questões do desenvolvimento sustentável, especialmente sobre as questões tributária, fiscal e orçamentária. A linguagem dos documentos finais deve ser de fácil compreensão para permitir o entendimento e o comprometimento da população brasileira;
- Destinar recursos baseados em uma porcentagem no PIB do Brasil e em todos os países, para implementar as ações da Agenda 21.
- Criação de mecanismos de compensação financeira para subsidiar a população diretamente envolvida com áreas relevantes do patrimônio ambiental ou da diversidade sócio-cultural-ambiental-ecológica brasileira (CSA - Compensação por Serviços Ambientais, protetor-recebedor, usuário-pagador).
- Promover e incentivar meios de controle social organizado nas políticas públicas, nas dívidas interna e externa, na arrecadação e distribuição dos tributos;
- Promover e incentivar meios de controle social organizado na atuação de empresas que prestam serviços públicos;

- Garantir aos brasileiros o acesso à água e ao saneamento básico como fundamento à vida.

A Cúpula Mundial , reunida na WSSD -= World Summit on Sustainable Development, a Rio+10, representou uma grande mobilização que apresentou objetivos e calendários a respeito de tópicos importantes, gerando intercâmbios e sugerindo ações por um mundo mais justo e sustentável. O documento oficial, de setenta páginas, busca registrar e transformar em acordos oficiais, recomendações e objetivos que tentam conciliar o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do ambiente. Os principais temas discutidos e constatações feitas durante a Conferência:

#### 1-POPULAÇÃO:

- O mundo terá que alimentar cinco bilhões de pessoas a mais
- A densidade demográfica é crescente em muitos países
- Famílias menores permitem maior investimento em crianças
- A AIDS está solapando o desenvolvimento da África

#### 2-POBREZA E DESIGUALDADE:

- A pobreza, em termos de renda, está em queda na América Latina e na Ásia
- A ameaça de fome esta diminuindo em todas as regiões
- A desigualdade constitui um obstáculo para o desenvolvimento sustentável.

#### 3-ALIMENTOS E AGRICULTURA:

- Crescem a produção e o consumo de alimentos
- O potencial de expansão dos cultivos é limitado
- O comércio agrícola está aumentando
- A expansão agrícola ameaça outros ecossistemas

#### 4-FONTES DE ÁGUA DOCE:

- O setor agrícola é o que mais usa os recursos hídricos
- O consumo de água por parte da indústria cresce com o desenvolvimento

- Os serviços fornecidos pelos ecossistemas de água doce estão ameaçados
- Cresce a aquicultura de modo a atender a elevação da demanda de peixe
- Em 2025, cerca de metade da população mundial enfrentará a falta de água

## 5-FLORESTAS

- Há cada vez menos áreas de floresta no mundo
- A expansão agrícola é a principal razão do desmatamento
- Diminui a capacidade das florestas de fornecer bens e serviços
- Expande-se o desenvolvimento sustentável florestal
- Aumentam as áreas protegidas em todas as regiões

## 6-ENERGIA

- Cresce o consumo de todos os tipos de energia
- A fumaça proveniente da queima de biomassa acarreta graves problemas de saúde em crianças e mulheres
- Aumenta a energia renovável, embora ainda seja de pequena escala
- Maior eficiência no uso da biomassa tradicional melhora a vida das mulheres.

## 7-MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Cresce o consumo de combustível fóssil e as emissões de CO<sub>2</sub>
- Nos países desenvolvidos as pessoas consomem até dez vezes mais combustível fóssil do que nos países em desenvolvimento
- Há muitos sinais de mudanças climáticas
- O protocolo de Kyoto – metas de emissão para os países desenvolvidos

## 8-SAÚDE E RECURSOS HÍDRICOS

- A maioria das mortes ocorridas nos países menos desenvolvidos poderiam ser evitadas com métodos preventivos
- Mais de um bilhão de pessoas carece de acesso a água para o consumo
- A poluição atmosférica urbana está diminuindo em países com nível médio e alto de renda.



Voltando a aplicação da Agenda 21, que é um instrumento competente para se buscar a sustentabilidade, o maior desafio é internalizar, nas políticas públicas do país e em suas prioridades regionais e locais, os valores e princípios do desenvolvimento sustentável, como meta a ser atingida no mais breve tempo possível. Para tanto, é necessário um compromisso coletivo, envolvendo os mais diferentes atores, inclusive os meios de comunicação, para a produção de grandes impactos que, a todos, contagiem. A chave de seu sucesso depende da capacidade coletiva de mobilizar, integrar e dar prioridade a algumas ações seletivas de caráter estratégico, que concentrem esforços e desencadeiem grandes mudanças.

Essa seria a forma de se chegar ao indivíduo, ao cotidiano, às práticas diárias., preocupação demonstrada no início desse trabalho .A realidade local deve ser condição para elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, dada a vocação de cada local. A Agenda 21 deve levantar as potencialidades e deficiências e propor as soluções. Pode ser o objeto de mobilização social de uma comunidade, e o meio de se atingir o nível de consciência, de participação, de cidadania da população para se buscar a sustentabilidade.

## 2- TURISMO SUSTENTÁVEL

Se existe a dificuldade de definir e colocar em prática o desenvolvimento sustentável, fica clara a difícil tarefa de aplicar a sustentabilidade em setores produtivos, que envolvem a atividade econômica. É o caso do setor turístico, que vive um paradoxo, pois é uma atividade econômica, que utiliza os recursos naturais como atrativos. O turismo contemporâneo é um consumidor da natureza. Ao mesmo tempo em que os recursos naturais são explorados como produto devem ser preservados para continuidade do negócio e para as gerações futuras. Assim, surge o turismo sustentável, que vem buscando novos horizontes e coerência com a qualidade de vida e propondo-se como uma linha de estudo e planejamento que auxilie e direcione a maneira de se implantar um turismo eficiente e equilibrado, onde a atividade turística poderia conduzir uma evolução favorável para os empreendedores, para as populações receptoras, para os turista e, conseqüentemente, para todas as destinações.

Como desenvolvimento sustentável do turismo considera-se “Aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (World Comission of Environment and Development 1987). O debate sobre esse conceito é um fenômeno dos anos 90, todavia suas origens repousam no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável que convive conosco há muitos séculos.

O turismo, que não é uma atividade recente, pode apresentar-se das mais variadas formas.

Segundo Doris Santos de Faria e Kátia Saraiva Carneiro podemos citar os seguintes tipos:

- turismo de eventos
- turismo e os mega eventos esportivos
- turismo desportivo
- turismo de negócios
- turismo GLS
- turismo para single
- turismo religioso

- turismo de lazer
- turismo de águas termais
- turismo de juventude
- turismo social
- turismo cultural
- turismo de compras
- turismo de aventuras
- turismo gastronômico
- turismo de incentivo
- turismo de terceira idade
- turismo rural
- turismo de intercâmbio
- turismo de cruzeiros marítimos
- turismo técnico
- turismo de saúde<sup>4</sup>

(Dóris Santos de Farias e Kátia Saraiva de Carneiro, 2001)

A indústria turística cresceu mais de 100% entre 1990 e 2000, tendo se desenvolvido de forma especialmente acelerada em algumas localidades de países como o Laos, Camboja, África do Sul, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Brasil. O Turismo já corresponde a 11% do PIB mundial e mobiliza 52 setores produtivos de bens e serviços, empregando 200 milhões de pessoas e transportando aproximadamente 700 milhões de viajantes internacionais, com a expectativa de dobrar esse último número até o ano de 2020. Esse números constam do relatório “Turismo e Biodiversidade: Mapeando a Pegada Global do Turismo”, organizado pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Pnuma) e pela entidade ambientalista Conservation Internacional(CI), divulgado esse ano em Durban, na África do Sul, durante o V Congresso Mundial de Parques.

Devido a deteriorização das condições de vida nos grandes centros, cada vez mais as pessoas buscam, aos finais de semana, feriados e férias as regiões de belezas naturais, longe das cidades, onde possam estar em contato consigo mesmas, e reviver o imaginário da volta ao campo, onde se pode encontrar paz

---

<sup>4</sup> idem ibidem

e tranqüilidade. Outros fatores contribuíram para o aumento do fluxo turístico (Sauer 1975,pág.364):

- o aumento do tempo livre como consequência da racionalização e do aumento da produtividade nas empresas. A jornada de trabalho – diária, semanal, e anual – diminuiu, aumentando o tempo livre para atividades de lazer e turismo;

- a evolução técnica, que conduziu a um aumento na produtividade e à redução dos custos da produção. A produção em massa de veículos aumentou o grau de movimentação das pessoas, que se utilizam cada vez mais dos automóveis para viajar em férias;

- o aumento na renda de amplas camadas da população contribuiu para que parcelas crescentes dos rendimentos fossem direcionadas para os gastos com viagens de turismo;

- o desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que organizam e comercializam viagens de férias;

- a liberação das formalidades aduaneiras, a eliminação de vistos, a unificação de documentos de viagem etc. estimularam as viagens internacionais;

- o aumento da urbanização como consequência da industrialização;

- a falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida urbana, que incentivam as viagens de férias e de fim de semana.

Com esse aumento do fluxo turístico impactos sociais, culturais e ambientais começaram a ser detectados, e o relacionamento do turismo com o meio ambiente passou por diversas fases: a primeira, se caracterizou pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras, onde a leitura que os turistas faziam dos locais era totalmente distinta dos visitantes atuais... Sua principal motivação era a busca de ambientes onde a industrialização ainda não havia chegado. Na segunda fase, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, não havia preocupação com a proteção do meio ambiente, e a natureza foi domesticada. Foi a fase do “boom” imobiliário. Na terceira fase, que ocorreu a partir dos anos 50, e teve seu apogeu nos anos 70 e 80, aconteceu o turismo de massa, onde as localidades turísticas viveram uma expansão sem precedentes. Esse foi o período mais devastador, uma fase de excessos com predomínio de crescimento desordenado, construções medíocres, falta de controle de esgotos e infra-estrutura deficiente. Na metade dos anos 80 a

qualidade do meio ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico. O turismo de natureza ou turismo ecológico começa a despontar como uma alternativa. Caminhadas, ciclismo, *rafting*, *mountain bike*, etc. surgem como opção para quem quer estar perto da natureza, em ambientes preservados. E esse público, que busca a calma, as aventuras e o conhecimento mais profundo das regiões visitadas, começa a crescer. Aparece no contexto do turismo, o conceito de turismo sustentável, que desde a década de 90 passou a ser usado com frequência. Neste conceito é feita a abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade, sem que haja degradação ambiental e impactos culturais.

O estudo de turismo sustentável e a busca de conceitos aplicáveis, justificam-se pelos impactos que a atividade turística pode causar. São eles:

- **Impactos ambientais** – podem ser negativos (poluição do ar, da água, sonora, de atrativos; destruição da paisagem natural, destruição da fauna e da flora, degradação da paisagem de sítios históricos e monumentos, congestionamentos, acúmulo de lixo etc.) ou positivos (criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, implantação de políticas e medidas preservacionistas);

- **Impactos econômicos** – podem ser positivos (incremento da renda dos habitantes locais, elevação do nível cultural e profissional da população, expansão do setor de construção, industrialização básica na economia regional, modificação positiva da estrutura econômica e social, e atração de mão de obra de outras localidades); ou negativos (abandono, pela população autóctone, da atividades primárias, dependência da atividade turística, podendo a economia chegar a um colapso devido a instabilidade, inflação e especulação imobiliária, e comprometimento da rentabilidade e surgimento de desemprego devido a sazonalidade do turismo);

- **Impactos sociais** – as comunidades receptoras, depois de passar por vários estágios (euforia, apatia, irritação, antagonismo e por fim consciência) desilude-se com a atividade turística. A presença de turistas pode ainda estimular hábitos de consumo (comidas, bebidas, vestuários), de entretenimento (jogos, drogas); alteração na moralidade, como prostituição, ou alastramento de doenças.

- **Impactos culturais** – podem ser favoráveis (valorização do artesanato, da herança cultural, orgulho étnico, valorização e preservação do patrimônio histórico) , ou desfavoráveis ( descaracterização do artesanato, vulgarização das manifestações tradicionais, arrogância cultural, e destruição do patrimônio histórico)

Para prevenir os impactos causados pelo turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos.

Na Conferência Globo'90, em Vancouver, foi compilada uma lista de benefícios do turismo sustentável:

- o turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes naturais, cultural e humano;

- o turismo sustentável assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;

- o turismo gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;

- o turismo estimula indústrias domésticas lucrativas – hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guia locais;

- o turismo gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;

- o turismo diversifica a economia local, principalmente em área rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;

- o turismo sustentável procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, principalmente populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;

- o turismo estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade;

- o turismo cria facilidades de recreação que podem ser usadas pelas comunidades locais, e não só por turistas domésticos ou internacionais. Ele

também estimula e auxilia a cobrir gastos com preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;

- o turismo natural encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais para a agricultura, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;

- o turismo cultural intensifica a auto-estima da comunidade local e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formações diversas;

- o turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;

- o turismo sustentável monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo.

Uma das pedras fundamentais do turismo sustentável é a idéia de que a comunidade local deve participar efetivamente no planejamento do turismo, e controlar a indústria do turismo local e suas atividades. Utopia? A idéia de comunidade local é um conceito difícil de definição. Quem são os moradores locais? Aqueles que nasceram na localidade? Aqueles que vieram morar na localidade a mais de 10 anos, ou menos? Os filhos dos nativos, os empreendedores? Quem são? Existem muitas questões a serem consideradas.. Há pessoas que foram morar na localidade depois de aposentadas, operários imigrantes, pessoas com a segunda residência na localidade, com interesses econômicos na localidade, etc. e além do mais, na população autóctone há diversos grupos de interesses: proprietários de empresas de turismo, empregados da indústria de turismo, outros empresários que não atuam na indústria do turismo, empregados que não são da indústria do turismo, e aqueles cuja vida sofre o efeito adverso do turismo, em termos de declínio da qualidade de vida (lixo, barulho, impacto sobre esgoto e água). Isso significa que não existe uma comunidade local, mas sim várias comunidades locais, com suas características e interesses distintos. As diferenças existem por vários motivos e geram conflitos sobre todo tipo de evento, desde quem comprou um determinado lote de terra, até novas construções, passando pelas disputas entre vizinhos e chegando a disputas políticas. Por isso, não surpreende que o turismo

em geral e o desenvolvimento do turismo em particular gerem um leque de interesses que se orienta para um cenário de conflitos.

No entanto, apesar de gerar conflitos, ainda é na participação da comunidade, que está a coluna vertebral do desenvolvimento sustentável da atividade turística porque é a comunidade que deve exercitar a democracia e construir a cidadania, fazendo uso do conhecimento local para assegurar que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas, e reduzam o conflito potencial entre os turistas e a comunidade local, envolvendo-a para que prepare o caminho a ser trilhado pelo turismo.



### 3- MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os cuidados com o Planeta Terra, com a vida sustentável, dependem, essencialmente, das convicções das pessoas e de seu compromisso com essas convicções. E a forma como a maioria das pessoas pode melhor expressar este compromisso é na vida de suas comunidades, nas suas atitudes pessoais, frutos de uma ética de responsabilidade solidária, que só pode ser desenvolvida a partir de uma postura cidadã, de compromisso com o mundo, com o seu mundo.

A sustentabilidade inicia-se na nossa vida cotidiana, nas nossas relações com nossa família, no trabalho, no lazer... O nosso cotidiano reflete as nossas crenças e convicções. A forma como atuamos na nossa comunidade, se somos participantes, ou não, se temos sonhos em comum ou não, nos dão o grau de nossa responsabilidade em provocar e construir mudanças.

Para que as mudanças aconteçam é necessário vontade. Vontades isoladas não produzem efeito, por isso é que se diz: José Bernardo Toro e Nísia Maria Duarte Werneck, (1997, pág.11).

“Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”.<sup>5</sup>

Para que se implante um processo de mobilização é preciso que haja um sonho em comum, as paixões devem ser despertadas e convertidas em um imaginário que traduza esse sonho coletivo, que levante os ânimos, que tenha brilho, que acenda as chamas individuais, que sacuda as poeiras e retire as teias de aranha a tempos acumuladas. O imaginário coletivo leva as pessoas a irem às praças públicas, a brigarem por seus direitos, a pintarem o rosto, a terem a sensação de que nada é impossível, a superarem seus limites e expectativas e a construir um projeto de futuro, dedicando-se continuamente a esse objetivo. A construção desse imaginário coletivo tem um compromisso com o real e depende da mobilização social para efetivar-se.

Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um

---

<sup>5</sup> A., José Bernardo Toro, WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1997.

contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar um ordem distinta.<sup>6</sup>

(A., Jose Bernado Toro, Weneck, Nisia Maria Duarte)

Fica evidente que a responsabilidade de mudarmos o caos em que nos encontramos é nossa. É muito mais fácil e cômodo transferirmos a culpa para os outros, sejam quem forem esses outros, Poder Público, Estados Unidos, FMI, Deus, Lei do Carma, ou seja lá o que for. Nos desobrigamos da tarefa de transformar a realidade em que vivemos, pois não aceitamos essa realidade. O fatalismo toma conta e nos estagna a um processo contínuo de perpetuação da ordem social que nós mesmos criamos. Isso nos leva a um paradoxo onde ao mesmo tempo que não concordamos, e sentimos vergonha dessa ordem social que está instalada em nossa comunidade, sentimo-nos acima de tudo isso, como se alguém tivesse produzido esse caos e não nós mesmos. Não aceitamos que fazemos parte desse processo de construção da ordem social. Por ser um processo de construção, não é natural. Assim Bernardo Toro (1993) indica sete aprendizagens básicas para convivência social. São elas:

1-Aprender a não agredir o semelhante – fundamento de todo modelo de convivência social

2-Aprender a comunicar-se – base da auto afirmação pessoal ou do grupo

3-Aprender a interagir – base dos modelos de relação social

4-Aprender a decidir em grupo- base da política e da economia

5-Aprender a cuidar de si – base dos modelos de saúde e seguridade social

6-Aprender a cuidar do entorno – fundamento de sobrevivência

7-Aprender a valorizar o saber social – base da evolução social e cultural

Na democracia, as leis e as normas são criadas pelos mesmos cidadãos que as vão cumprir e proteger e supõe a construção da equidade social, econômica, política e cultural. Com a aplicação das sete aprendizagens acima citadas, pode-se construir, pelos cidadãos, baseado nos Direitos Humanos, um modelo de convivência social democrático.

---

<sup>6</sup> Idem ibidem

A democracia é como o amor: não se pode comprar, não se pode decretar, não se pode propor. A Democracia só se pode viver e construir. Por isso ninguém pode nos dar a Democracia. A Democracia é uma decisão, que toma toda uma sociedade, de construir e viver uma ordem social onde os Direitos Humanos e a vida digna sejam possíveis para todos. A Democracia não é um partido político, não é uma ciência nem um religião; a Democracia é uma forma de ver o mundo, é uma cosmovisão, que parte do suposto de que fazer possíveis e cotidianos os Direitos Humanos e uma vida digna para todos é o que justifica todas as atividades de uma sociedade (políticas, econômicas, culturais, financeiras, educativas, familiares, etc). Em outras palavras a Democracia é uma ética. A Ética é a capacidade de criar e escolher uma forma de viver que consiste em fazer possível a vida digna para todos. Por isso a Democracia é uma forma de construir a liberdade e a autonomia de uma sociedade, aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença.<sup>7</sup>

(A., Jose Bernado Toro, Weneck, Nisia Maria Duarte

O Brasil é um país que possui uma democracia ainda em construção. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 já está traçado nosso objetivo principal: Construir um país dentro dos conceitos de desenvolvimento sustentável com uma ordem democrática construída por nós. O desafio é enorme, e ele é que deve fundamentar o projeto de futuro, do país, dos estados e dos municípios. Aí é que entra a mobilização social... O processo de mobilização deve contribuir, ser instrumento para o alcance desse objetivo. Envolve cidadania, democracia, produção de riqueza (que possibilita vida digna para todos), participação (que é um valor democrático e necessidade para o desenvolvimento social) e desenvolvimento do conceito de público (aquilo que convém a todos, construído a partir da sociedade civil e não do Estado).

Para o planejamento de um processo de mobilização social o primeiro passo a ser dado é a explicitação dos propósitos da mobilização. Esse propósito é o que se quer atingir, é a razão de tudo, de todo o processo, da participação, como meio e como fim, do envolvimento, da paixão, das alegrias, das conquistas. Deve tocar a emoção das pessoas, fazê-las sonhar, sentir paixão, sentir o peito aquecido, e um vontade de ir á frente, de puxar o carro, de ver a coisa acontecer. Ao apresentar-se o propósito da mobilização deve-se ter um

---

<sup>7</sup> idem ibidem

vislumbre do resultado final e ter um arrepio, um frio na barriga, como os apaixonados... Esse propósito deve tocar o ser mais íntimo, e convocar vontades. Deve ser coletivo caracterizando um interesse coletivo, um sonho conjunto. Para que seja coletivo, a comunicação social tem um importante papel e pode ser instrumento para que o processo de mobilização seja o mais compartilhado e abrangente possível. Além do mais, no primeiro momento do processo de mobilização, que é o despertar do desejo e da consciência da necessidade de um atitude de mudança, é primordial que se dê informações às pessoas para que elas tomem conhecimento da situação que precisa ser trabalhada. A partir da informação a pessoa é que vai decidir se aquele sonho é dela também ou não. O despertar é individual, uma experiência única de cada indivíduo.

O processo de mobilização tem início quando uma pessoa, um grupo ou instituição, decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo. O Produtor social, como é denominado a pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que o processo de mobilização social ocorra é responsável por viabilizar o movimento, e deve ter uma certa legitimidade, não sendo visto como dono mas como precursor de um movimento que reflete a busca do imaginário coletivo. Este inicia seu trabalho identificando quem serão os reeditores, que segundo Juan Camilo Jaramillo (1991) são pessoas que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. É a pessoa que tem público próprio. O melhor exemplo de reeditores são os professores. Para que as mensagens sejam editadas, devem ter uma forma para que o reeditor as introduza no seu campo de atuação. Quem faz esse trabalho é o editor. O campo de atuação de cada um no processo de mobilização social deve estar bem claro. Para isso é preciso que as propostas de atuação sejam claras e realistas, respeitem os limites da atuação de cada uma, não sejam percebidas como cobrança ou responsabilização e sejam estimulantes. A coletivização é o que dá estabilidade a um processo de mobilização social. Cada um tem que sentir que o que está fazendo no seu campo de atuação, faz parte de um todo e está sendo feito por outros com os mesmos propósitos e sentidos. A comunicação social pode ajudar nesse sentido.

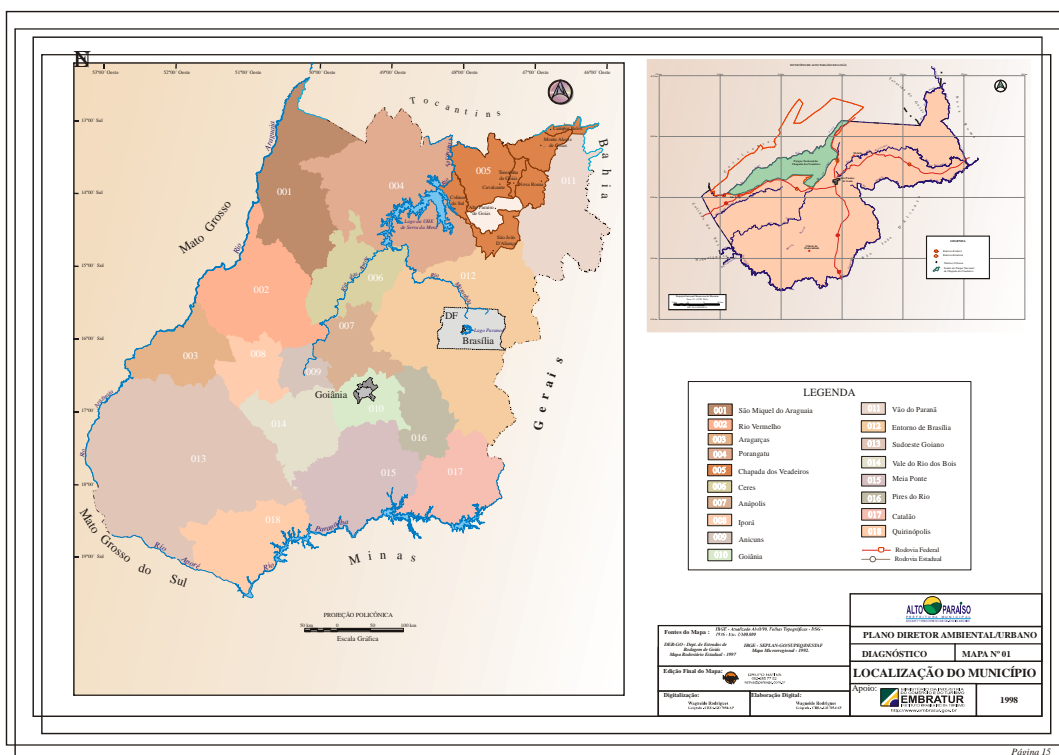
Para atingirmos o objetivo explícito na Constituição Federal precisamos de uma mudança de perspectiva, precisamos de novos olhares, de novos imaginários, que levem a construção de um país melhor. Deve-se focar o olhar nos municípios que é onde as pessoas vivem e exercem a cidadania, e buscar as potencialidades de cada um, condizentes com os princípios da Agenda 21 Local. Precisamos buscar a força presente na auto estima da comunidade, segundo Vera Lúcia Gomes da Silva, (1997,pág.55) para que possamos despertar a paixão necessária a um processo de mudança.

## 4- ALTO PARAÍSO

### 4.1-Histórico

Alto Paraíso, município do estado de Goiás, está localizado na porção nordeste do estado, na microrregião denominada Chapada dos Veadeiros. Encontra-se a 451 km de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e 220 km de Brasília, capital federal. Possui, pelo censo do IBGE de 2000, 6173 habitantes. A origem do município é de 1938 quando ainda fazia parte do município de Cavalcante, Goiás. Em 12 de dezembro de 1953, através do decreto lei n.º 808 passa à categoria de município, desmembrando-se de Cavalcante, mas ainda com o nome de Veadeiros (O topônimo se refere não ao veado propriamente dito, mas sim ao cachorro utilizado para farejar e perseguir o animal durante as caçadas). Com a promulgação da lei estadual n.º 4685 de 15 de outubro de 1963 passa a denominar-se Alto Paraíso de Goiás.

### MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOÍAS



Classicamente se atribui a Francisco de Almeida o pioneirismo de se estabelecer como fazendeiro, por volta de 1750, num sítio que passou a ser conhecido como Veadeiros. Em seus primórdios, a Chapada dos Veadeiros talvez só conhecesse seres humanos devido à travessia eventual de silvícolas de um vão ao outro. Na gênese de sua colonização são feitas referências aos índios localizando-os nas zonas mais quentes em volta da Chapada dos Veadeiros, sendo identificadas duas tribos: dos Crixás e dos Canoeiros.

As fazendas de Francisco de Almeida e Firmino de Almeida Salermo, José Pereira Barbosa e Manuel Caboclo foram geradoras do primeiro núcleo povoado na região em meados do século XVIII, dando início ao processo de colonização com cultivo de frutas, milho, café e pecuária.

Intimamente ligado ao desenvolvimento dessa região encontra-se a cultura do trigo, realizada não só na Chapada dos Veadeiros como em diversos lugares de Goiás. Em 1780 a região do entorno de Cavalcante já possuía quatro engenhos de trigo. Há notícias de que o trigo foi plantado pela primeira vez em Veadeiros por Francisco José da Silva Bastos, na fazenda Volta da Serra, próxima ao Córrego São Miguel. Foi seguidor deste produtor o seu genro Antônio Pinto de Castro que se estabeleceu no lugar denominado Moinho, sendo esta designação dada por se constituir no primeiro local da Chapada onde foi construído um equipamento para produção de farinha de trigo. Hoje, a comunidade do Moinho é um povoado com população de 300 pessoas e não há mais moinhos de farinha de trigo na região.

A partir de 1808 a produção tritícola obteve trajetória ascendente em toda a região e em 1862 foi registrada a exportação de 20 toneladas de trigo pelo município de Cavalcante.

A produtividade expressiva foi mantida até 1890, quando defrontou-se com a falta de mão de obra provocada pela libertação dos escravos em função da Lei Áurea. A produção foi diminuindo até sua total extinção no início deste século. Em 1980 houve uma tentativa de se reavivar a produção de trigo na região, através de um projeto piloto na Fazenda RECIFRA. Apesar do maravilhoso campo de trigo ter obtido ótima produção, a dificuldade de escoamento da produção prejudicou o projeto, que não encontrou formas de sustentação.

Em 1893 um grupo da missão Cruis, chefiada pelo capitão Celestino Alves Bastos, passa alguns meses na Chapada dos Veadeiros e estabelece a cota

altimétrica do pico do Pouso Alto em 1676 metros. Este pico está localizado próximo à sede do município, sendo importante atrativo turístico da região. É o ponto mais alto da região Centro oeste.

Em 1926, no período de 11 a 20 de setembro, passa pela região a Coluna Prestes com cerca de 800 homens.

É dizer comum que o município de Alto Paraíso tem uma aura mística que tem se revelado a cada dia para os moradores da localidade. A região abriga desde 1950, o pioneirismo de confluir movimentos místicos, esotéricos e espiritualistas. Nesta época destaca-se o esperantismo que, instalou próximo ao Parque Nacional, a primeira Fazenda Escola da região – fazenda Bona Espero.

Reporta-se aqui ao texto da professora Deise Siqueira e Maria Salete.

Brasília nasceu a partir de dois grandes mitos de criação: A Cidade Utópica e a Terra Prometida. O primeiro está inscrito no planejamento urbano e na arquitetura futurista do Plano Piloto. Os fundadores da cidade estavam imbuídos do sonho e da missão de inaugurar um novo tempo e uma nova civitas para um Brasil fundado no belo, na igualdade e na universalidade. Este mito converge com um outro, místico, referenciado nas profecias de Dom Bosco, que se tornou, inclusive, de fato, o padroeiro da cidade, ainda que a Igreja Católica tenha imposto N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> Aparecida como primeira padroeira. Este salesiano, em 1883, sonhou que entre os paralelos 15° e 20° nasceria uma nova civilização, à beira do lago, onde correria leite e mel. Coincidência ou não, estes dois mitos estão na base do fenômeno místico-esotérico que designa Brasília como a Cidade Mística, Capital do Terceiro Milênio ou da Nova Era. Vem se gestando no planalto central, desde a inauguração da capital, uma combinação singular: a construção de uma religiosidade voltada para um Novo Tempo, numa região predestinada pela utopia modernista. É recorrente nos discursos dos adeptos de novas religiosidades existentes na região, a idéia de que o planalto central é predestinado, destacando-se Alto Paraíso (a 230Km da capital, localizada ao lado do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros), que é quase consensualmente considerado como o Chacra Cardíaco do Planeta...<sup>8</sup>

( Deis Elucy Siqueira e Maria Salete Kern Machado)

---

<sup>8</sup> SIQUEIRA, Deis Elucy, Machado, Maria Salete Kern. **Educação Turismo e Hospitalidade: Cultura e Sociedade**. Brasília, 2003.



Em meados da década de 1960, é fundada uma comunidade espírita, de natureza Kardecista, batizada com o nome de Cidade da Fraternidade. A partir daí, a migração dá um novo passo significativo, abrindo caminho para outros “buscadores Espirituais.”

Ao findar seu mandato, o presidente, Juscelino Kubitschek, antecipando-se a todos os movimentos ambientais e acatando as sugestões da Fundação Brasil Central (proposta em carta dirigida ao mesmo em 4 de outubro de 1960) cria em 1961 o Parque Nacional do Tocantins, atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com área de 625mil hectares e que nos anos seguintes (1971 e 1980) foi diminuído drasticamente até atingir cerca de 65 mil hectares. Vale a pena frisar que o atual processo de ocupação da região deve-se basicamente à existência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que propiciou o desenvolvimento do turismo.

De 1950 até 1980, na esteira do processo de marcha para o oeste, a região vai sendo progressivamente incorporada ao movimento do processo de modernização da própria urbanização brasileira. Para tanto, muito teria contribuído o novo ciclo econômico inaugurado pela política de Juscelino Kubitschek, centrado no plano de metas, na construção de Brasília e na criação de incentivos à formação de colônias agrícolas avançadas.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, Alto Paraíso era uma das regiões que apresentavam importância especial na ótica do Plano de Ação do então governador, Sr. Ary Valadão, colocando ênfase na articulação do núcleo urbano com o contexto regional e com a estratégia de colocar a cidade a serviço do campo. A organização do urbano, mediada pela produção agrária parece ter sido a característica mais significativa deste Plano (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GOIÁS-INDUR,1984). Entre 1979 e 1980 é implantado na região o Plano de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso, dentro do Programa de Diretrizes do Governo Estadual, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano de Goiás, INDUR, extinto em 1985.

Documento do INDUR (1979), enfatiza que: “Como fator de desenvolvimento, foi proposto, pelo Plano de Governo atual (Ary Valadão) o incentivo a hortifrutigranjeiros, mais especificamente, à exploração de frutas de clima temperado, objetivando abastecer o mercado do Distrito Federal e Goiás: e a instalação da Sede de Verão do Governo do Estado, na sede do município,

tendo em vista o fato de que a cidade usufruirá de toda uma infra-estrutura que deverá ser implantado para apoiar esta função administrativa”

Apesar de não se falar em turismo nesse Plano de Governo, está implícito que a atividade seria implementada, quando da instalação de uma “sede de verão do Governo”.

O objetivo explícito do Projeto era a fixação da população dos municípios do norte e nordeste goiano em suas próprias regiões nativas, desafogando com isso o fluxo migratório para o entorno de Brasília, porém dentro de um quadro referencial centrado no desenvolvimento, onde a questão da preservação dessa região não era nem mesmo mencionada.

Apesar de não ter se concretizado a instalação da sede de governo de verão no município, o Programa possibilitou a implantação de uma relativa infra-estrutura na cidade – parte concluída posteriormente e parte sem conclusão – hotel, hospital, aeroporto, armazém-silo, conjunto habitacional, centro administrativo (prefeitura e fórum), agência bancária, sistema de abastecimento de água, abertura de ruas e pavimentação asfáltica. O objetivo era a implantação, num prazo de cinco anos, de uma cidade de trinta mil habitantes, previsto inclusive na Lei Municipal 519/80, ou seja, cerca de 50 vezes a população naquele ano de 1980 que era de seiscentos habitantes.

Entre os fatores que contribuíram para a não implementação do projeto, além da morte do filho do Governador que estava como responsável pela administração do mesmo, pode-se mencionar a inadequação daquele instrumento de planejamento à realidade, a utopia da sua concepção, as injunções políticas no conjunto das propostas apresentadas e a exigüidade do prazo previsto para sua implantação tendo em vista o porte e a complexidade do mesmo (INDUR 1984). A mudança de governo e as modificações nas prioridades do estado, em função da escassez de recursos, que começaram a diminuir para a área na década de 1980, também contribuíram para a decadência do projeto.

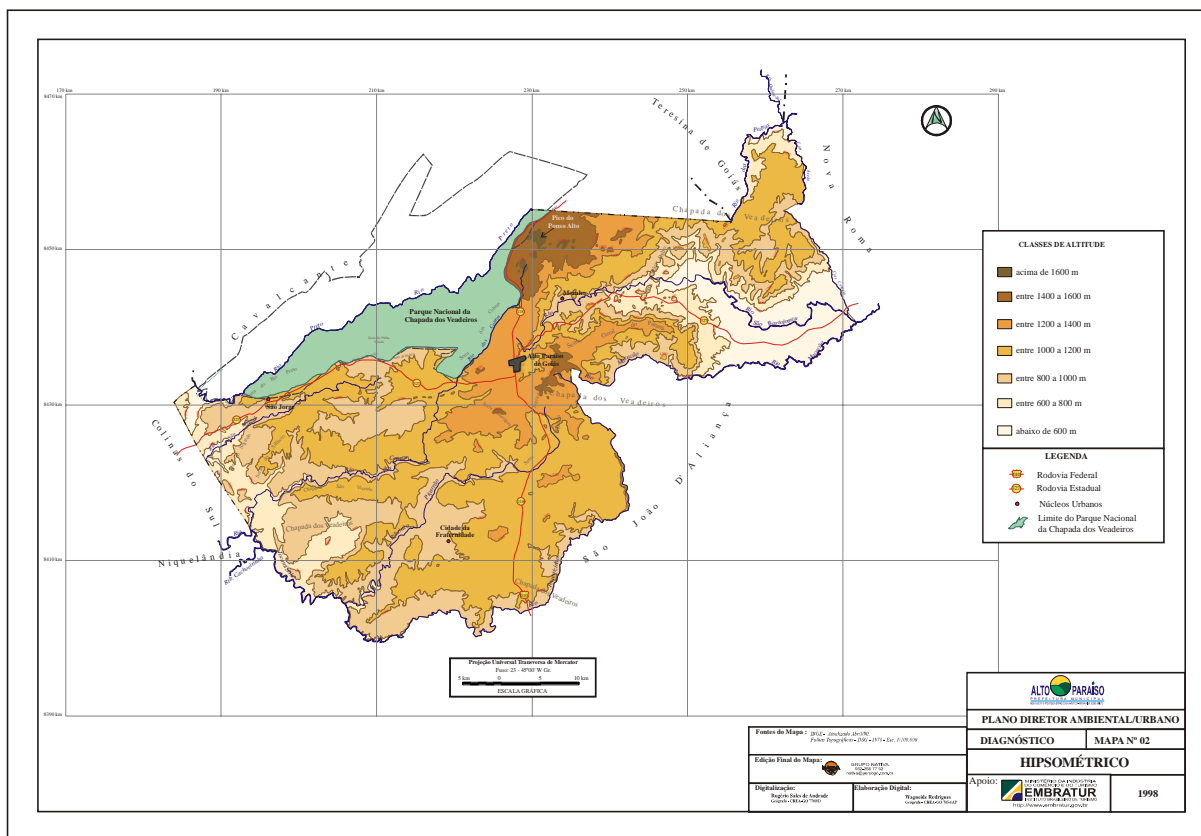
No alvorecer da década de 80, outro projeto é implantado em Alto Paraíso. De natureza sócio-cultural, este projeto busca espaço no Planalto Central para vivenciar novas formas de tecnologia, de alimentação, e de comportamento além de outras posturas de vanguarda. É o Projeto Rumo ao Sol. No Natal de 1980, é realizado na Fazenda Escola Bona Espero um encontro com mais de 180 participantes “alternativos”, que viriam a se contrapor aos “nativos”, trazendo até

Alto Paraíso as sementes de um novo modelo de convivência social, baseado nos pressupostos da preservação da natureza, da produção e do consumo de alimentos naturais, do crescimento espiritual e da vida em comunidade. A chegada desse “alternativos” provocou um grande impacto sócio cultural na comunidade de Alto Paraíso, conforme abordaremos mais à frente.

Até meados da década de 80, Alto Paraíso, que integra a região geoeconômica de Brasília, se manteve em relativo isolamento sociocultural, em função do difícil acesso ocasionado pela inexistência de estradas pavimentadas. Às vezes, em épocas de chuva, levava-se mais de 12 horas para percorrer, de carro, 230km.

Alto Paraíso está na região mais alta do Brasil Central, a Chapada dos Veadeiros, com altitudes variando entre 1.100 e 1600 metros. Em decorrência disso, seu clima caracteriza-se por apresentar verões suaves e invernos amenos, com temperaturas médias entre 15 e 23°C. E a distribuição de chuvas é sazonal, com uma estação seca, que vai de abril a setembro, e uma chuvosa, que vai de outubro a março.

## MAPA 2 HIPSOMÉTRICO - ALTITUDE



A Chapada dos Veadeiros é uma das regiões de maior luminosidade do planeta graças aos grandes aglomerados de cristal de quartzo que brotaram pelo encontro e a fusão de duas placas tectônicas, formações rochosas, há mais de um bilhão de anos. (Para os místicos, essa é a razão da forte energia que todos sentem ao visitar Alto Paraíso). O resultado dessa formação geológica, uma das mais antigas do mundo é um sólido e estável complexo que constitui a cumeeira do Brasil Central. Além disso, a Chapada é uma das últimas reservas de água pura do mundo, abrigando as mais altas nascentes do rio Tocantins (bacia Amazônica, formada pelos rios Paraná e Maranhão). Seu solo é delicado e em sua maior parte impróprio para a agricultura.

Devido a essas formações geológicas, surgiu em Alto Paraíso, o povoado de São Jorge, antiga “Baixa”, formado por famílias de garimpeiros que vinham em busca do cristal. O período de garimpo durou até 1961 quando foi criado o Parque Nacional do Tocantins, através do decreto n.º 49.875 com 625.000 hectares.. Os garimpeiros então cessaram suas atividades, que já vinha em marcha lenta. Em 11 de maio de 1972, através do decreto n.º 70492, a unidade de conservação passa chamar-se Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e há uma redução em sua área para 171.924,54 hectares. Em 02 de julho de 1981 a área do Parque é reduzida mais uma vez passando a medir 61.000 hectares. Através do decreto n.º 99.279 há um aumento da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para 65.514 hectares. Em 2001 houve um decreto presidencial que aumentou a área do Parque Nacional para 235.000 hectares. No entanto, através de decisão do Supremo Tribunal Federal, o decreto presidencial foi anulado, voltando o Parque Nacional a contar com uma área de 65.514 hectares.



de emprego ou outras formas de subsistência, no entanto a aura mística continua a existir em pequenos grupos ou pessoas isoladamente.

Ainda na década de 90, começam a surgir as primeiras organizações não governamentais (ONGS), de caráter ambiental, que passam a desempenhar ativo papel na defesa do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros. A título de citação relacionamos: a ACVVCV (Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros), a ASJOR (Associação de Moradores do Povoado de São Jorge), a ASFLO (Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado da Chapada dos Veadeiros) e a AMORMOINHO (Associação dos Moradores do Povoado do Moinho), GAMA (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente) todas de inspiração local. Podemos citar ainda o instalação de um escritório da instituição internacional WWF (Fundo Mundial para a Natureza),

#### **4.2- Infra Estrutura Urbana**

Alto Paraíso possui coleta de lixo diária, desde 1993. Este lixo é depositado a céu aberto, no “lixão”, que se localiza a 3 km da cidade, em área de propriedade da Prefeitura Municipal. As galerias de águas pluviais estão localizadas em pontos críticos da cidade, estando em construção a galeria do setor Novo Horizonte, bairro recente da cidade. Não há rede de esgotos, sendo que as residências possuem fossas, nem todas sépticas. A rede de água foi implantada e é administrada pela SANEAGO, empresa estatal. A rede de energia elétrica também é de empresa estatal, a CELG. Não há transporte coletivo urbano, e a cidade é quase toda pavimentada, com exceção do setor Planalto, setor Cidade Alta e parte do setor Novo Horizonte que são bairros mais recentes.

A cidade conta com um posto do Banco do Estado de Goiás – BEG, com banco postal (Bradesco) e casa lotérica. Existe um hospital e 4 postos de saúde, sendo 2 na zona urbana e 2 na zona rural. Na área de segurança pública, existe um comando da polícia militar e delegacia de polícia civil. Há agência dos correios, serviço de telefonia fixa e celular, e uma rádio comunitária, administrada atualmente pelo GAMA (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente). O serviço de táxi funciona ainda precariamente, sem regulamentação.

Alto Paraíso possui uma infra estrutura regular para atendimento ao turismo: São 60 meios de hospedagem (hotéis, pousadas e pensões), 20

restaurantes, 06 pizzarias, 01 churrascaria, 3 lanchonetes e 30 bares. Possui ainda 05 supermercados, 12 lojas de souvenirs, 04 agências de turismo, 02 Centros de Atendimento ao Turista (CAT).

#### **4.3-O Turismo em Alto Paraíso**

As mudanças provocadas por projetos do governo, principalmente o asfaltamento da GO118 (Brasília – Nordeste Goiano em 1985); a progressiva migração de novos alternativos após o Projeto Rumo ao Sol; as primeiras divulgações da mídia nacional evocando belezas cênicas e “poderes energéticos” produzidos pelo cristal e toda a aura mística que envolve Alto Paraíso; mais a crescente onda nos meios urbanos de preocupação com a ecologia e com o meio ambiente provocam o “boom” do turismo em Alto Paraíso.. Pousadas, hotéis começam a surgir, a maioria de propriedade de pessoas “vindas de fora”, alternativos ou místicos. Em São Jorge, alguns nativos fazem o curso de guia local, e outros constroem pequenas pousada, campings e restaurantes. No povoado, a maior parte da comunidade vive do turismo, que está consolidado. Alguns empresários de fora já se instalaram com pousadas e restaurantes, mas não há nenhum grande empreendimento às portas do Parque Nacional. Na sede do município, a comunidade local já está formada por todos os tipos de pessoas, imigrantes, nativos, alternativos, esotéricos, místicos, e grande parte vive do turismo, como empreendedores, empregados, terapeutas,etc. Definitivamente o turismo é atividade econômica que está consolidada em Alto Paraíso, englobando o distrito de São Jorge.

Conforme foi visto no capítulo sobre turismo sustentável a atividade turística produz grandes impactos, que podem ser positivos e negativos. A seguir são apresentadas situações que causam impactos em decorrência da atividade turística em Alto Paraíso:

**\* Impactos Ambientais negativos:** Verifica-se que já aconteceram muitos impactos negativos sobre o ambiente natural, em trilhas, veredas, bocainas, na flora e na fauna. Podemos citar:

- Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, e na zona urbana, principalmente nos feriados prolongados e férias;
- Pinturas nas rochas ao ar livre em algumas localidades;

- Alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e dos caminhos;
- Desmatamento para a construção de equipamentos turísticos;
- Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos, como hotéis, pousadas, restaurantes em encostas, etc;
- Erosão de encostas devido ao mau traçado e à falta de drenagem nas trilhas;
- Poluição das águas com dejetos químicos usados pelos turistas;
- Poluição sonora na zona urbana, principalmente aos finais de semana e feriados;

\* **Impactos Ambientais Positivos:** Em Alto Paraíso uma boa parcela da comunidade possui o que costuma se chamar de “consciência ecológica”. Assim sendo várias ações tem sido desenvolvidas no sentido de minorizar os impactos do turismo sobre o meio ambiente natural, conforme segue:

- Criação de áreas de proteção ambiental, como a APA Pouso Alto (Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto), que é o ponto mais alto do Centro Oeste;
- Criação de várias RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), mais de 50 no município;
- Ativa participação da comunidade no COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e COMPARQUE (Conselho Municipal do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros)
- Disponibilização de funcionário público municipal à Agência Ambiental, atuando no município, para proceder toda a parte de fiscalização e alvarás ambientais;
- Elaboração de campanhas e programas de educação ambiental para crianças e professores da rede pública de ensino.

\* **Impactos Socioculturais e Econômicos** – Com o impactante fluxo migratório nos últimos anos, a comunidade de nativos sofreu vários impactos conforme relacionamos:

- Perda da identidade, desconsiderando a existência de uma cultura local, perda das tradições e costumes da comunidade primitiva.:
- Mudança de nome de vários atrativos e localidades do município como por exemplo, o local que era denominado Riacho Fundo e hoje denomina-se Jardim de Maytreea, por ter uma apelo místico maior; ou a cachoeira do Oco, que hoje



denomina-se Parque Solarion; ou o Ferreirinha, denominado hoje como Jardim Zen.

- Sentimento de ressentimento dos nativos com os novos habitantes que possuem distintos hábitos de consumo e comportamento;
- Registrou-se um aumento significativo no uso de drogas;
- Aumenta significativamente o número de “igrejas evangélicas”, e de novas religiosidades;
- Aumento exorbitante dos preços das mercadorias e principalmente do preço de imóveis (especulação imobiliária);
- Migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradias;
- Impacto sobre a rede de Infra-estrutura básica, insuficiente para o aumento da população, tanto de moradores, como de turistas, ocasionando falta de água, queda de energia, acúmulo de lixo urbano, etc;
- Prejuízo de outras atividades econômicas, principalmente agricultura, o que provoca desemprego, devido a sazonalidade do turismo;
- Dependência excessiva da atividade turística, levando a economia local ao colapso quando da diminuição da demanda.

\* **Impactos Socioculturais e Econômicos Positivos** – Houve alguns pontos positivos com a intensa migração e com o turismo, conforme segue:

- Tentativa de resgate da cultura tradicional para que os visitantes tenham o contato com a localidade, sua história e manifestações culturais como produto turístico;
- Troca de experiências com os turistas, através da interação de culturas;
- Geração de empregos diretos, indiretos e induzidos;
- Incremento da renda dos habitantes;
- Elevação dos níveis cultural e profissional;
- Expansão do setor da construção.

O turismo em Alto Paraíso está em fase inicial de desenvolvimento e ainda é possível diminuir os impactos negativos causados por essa atividade, transformando essa atividade em uma atividade sustentável, com a adoção de critérios e planejamento adequados. Jost Krippendorf (1977,pág. 86-146) desenvolveu 23 sugestões que podem contribuir para o desenvolvimento turístico

ideal e que cabem aqui como sugestão para o planejamento do turismo em Alto Paraíso. São elas:

- redefinir os objetivos fundamentais das políticas turísticas ou determiná-los onde não existem;

- intensificar as ações do planejamento turístico, para que, com base nas ações propostas, implantem-se os equipamentos necessários e evitem-se as construções temporárias ( ou transitórias);

- ampliar geograficamente o planejamento dos espaços turísticos, visando a concentração de esforços que isoladamente não poderiam ser realizados. A sua abrangência poderá estender-se além dos limites locais, regionais, nacionais e internacionais, de acordo com as características das atrações;

- concentrar o desenvolvimento turístico em centros gravitacionais, ambientalmente mais resistentes, em vez de dispersar a implantação de equipamentos e atividades por áreas muito extensas, que agridem os ecossistemas mais frágeis;

- fixar a capacidade de carga das paisagens, determinando o limite de desenvolvimento ideal para a proteção do meio ambiente e da atratividade dos locais turísticos;

- estimular a participação dos moradores locais nas decisões propostas para o desenvolvimento das localidades turísticas, evitando, assim, o favorecimento de alguns e o surgimento de ressentimentos e de hostilidade contra os turistas;

- avaliar os custos e os benefícios econômicos, sociais, culturais e ecológicos dos desenvolvimento turístico, fornecendo projetos que atendam aos objetivos gerais propostos para a localidade ou região;

- utilizar racionalmente o solo das localidades turísticas, evitando a ocupação desordenada, estabelecendo critérios para as edificações nas zonas protegidas de modo a concentrar os equipamentos em ponto-chave e fornecendo a manutenção de grandes espaços e áreas livres;

- manter e desenvolver as atividades originais das localidades, tais como agricultura que, além de preservar a cultura e os ofícios tradicionais, contribuirão para a renda das famílias com a venda de seus produtos aos turistas ou aos donos de equipamentos que os servem, sem transformar os moradores locais em jardineiros ou caseiros das residências secundárias ou dos hotéis;

- preservar os recursos naturais que necessitam de cuidados especiais por sua beleza e fragilidade, evitando que a especulação imobiliária ou as construções particulares os descaracterizem ou os tornem inacessíveis a todas as camadas da população;

- preservar as florestas, considerando sua importância na configuração das paisagens, mantendo-as livres de construções e abertas à visitação (controlada) do público;

- proteger as águas superficiais e subterrâneas de qualquer tipo de poluição, por meio de uma legislação rigorosa para sua captação e distribuição e para o tratamento de esgotos e outros afluentes;

- favorecer os transportes públicos para e dentro das destinações turísticas, a fim de evitar os congestionamentos urbanos, nas rodovias de acesso, e a poluição sonora e atmosférica originária dos combustíveis dos veículos particulares;

- tornar o ambiente urbano mais agradável para seus habitantes que, tendo áreas verdes e amplos espaços para a recreação perto de suas casas, não precisarão se deslocar para fora das cidades em busca de ar puro e do contato com a natureza, preservando-a, assim para visitas esporádicas e mais gratificantes;

- superar os entraves econômicos e burocráticos governamentais que dificultam a preservação de áreas particulares de alto valor paisagístico, de modo que sejam desapropriadas ou compradas pelos poderes públicos a preços reais, a fim de evitar sua utilização na especulação imobiliária ou sua destruição para a construção de equipamentos turísticos;

- aplicar taxas de ocupação e uso dos recursos turísticos tanto para os investidores como para os visitantes, transformando os custos sociais em custos individuais, estimulando os usuários da água, do ar e das paisagens a consumi-los com moderação;

- escalonar férias escolares e profissionais, a fim de evitar a concentração sazonal excessiva nas localidades turísticas;

- incentivar a ocupação plena das unidades habitacionais existentes nas localidades turísticas, em vez de permitir a construção de novos equipamentos receptivos que não têm garantida a ocupação rentável de seus leitos e ocupam espaços que poderiam permanecer livres e intactos;

- estimular o turismo não tecnicista, tais como caminhadas, passeios de bicicleta, de charretes ou a cavalo, ou chamado lazer “silencioso” que, além de repousante para o turista, protegerá o meio ambiente receptor;

- melhorar a arquitetura dos equipamentos de recreação e do turismo, integrando-os às paisagens tanto no estilo como nos materiais e nas cores utilizadas;

- intensificar a pesquisa turística e estimular a unificação metodológica em nível internacional, a fim de que se possam comparar dados quantitativos e qualitativos confiáveis, relacionados tanto com a oferta como com a demanda, e realizar análises e projeções viáveis, ressaltando as complexidades do fenômeno;

- capacitar os responsáveis pelo desenvolvimento turístico das localidades, das regiões e dos países e criar equipes multidisciplinares para realizar os planos e projetos, pois as ações incidirão sobre espaços extremamente sensíveis; as falhas de um mau planejamento geralmente são irreversíveis e comprometem o meio ambiente das destinações;

- sensibilizar e informar a opinião pública, para conseguir que tanto os turistas como as populações das localidades se interessem pelos projetos e participem ativamente dos esforços voltados para a proteção do meio ambiente, não apenas nas medidas simples corretivas, mas também na elaboração de políticas turísticas e ambientais mais amplas.

Pelo que se viu das sugestões acima propostas são grandes os desafios e para efetivação dessas medidas preventivas é necessário um planejamento sério, que envolva todas as partes interessadas, incluindo os órgãos públicos, entidades não governamentais e a comunidade em geral. O esforço deve ser conjunto por um objetivo único: o desenvolvimento sustentável da atividade turística em Alto Paraíso.

São muitas as linhas de frente e as áreas a serem consideradas nos planejamentos públicos e privados. Em abril de 2003, no I Fórum de Turismo Sustentável, realizado em Brasília, foram traçadas estratégias para o turismo sustentável no Brasil Central. Foram definidas ações estratégicas observando-se as áreas temáticas definidas que devem ser implementadas de modo integrado. São elas:

- 1- Políticas de turismo incentivadoras e reguladoras:

- formação de fórum permanente para acompanhar reforma tributária;
- revisão da legislação vigente;
- melhoria da fiscalização;
- estimular a inserção dos profissionais e técnicos em turismo em vagas dos setores governamentais de turismo;
- estimular parcerias para desenvolvimentos de plano diretores municipais;
- sensibilizar e conscientizar para acompanhamento das reformas;

#### 2-Articulação inter-institucional, mercados, governos e sociedade civil:

- cumprir cronograma de encontros periódicos
- promover encontros para avaliações semestrais
- monitorar a liberação dos 25% dos recursos do Ministério do Turismo / Embratur destinados aos Estados;
- contemplar a valorização das micros e pequenas empresas e programas de formação de parcerias;
- demonstrar o potencial econômico do setor

#### 3-Gestão estratégica de dados e informações:

- desenvolvimento de informação;
- criação de núcleo de pesquisa nos Estados;
- criação de comitê gestor permanente.

#### 4-Incentivos, acessos a financiamentos, mercados e tecnologias:

- elaboração de cartilha sobre fontes de financiamento
- realização de eventos para divulgar linhas de financiamento
- capacitação dos municípios para elaboração de projetos
- negociação com agentes financiadores para flexibilização de exigências

#### 5-Promoção e marketing

- elaboração de plano integrado para a região

#### 6-Uso e conservação dos patrimônios natural e cultural de uso turístico

- revisão das leis de patrimônio/uso e ocupação do solo
- disseminação de mecanismos de manejo e conservação, atingindo os municípios prioritários para o turismo;

- priorizar recursos para os municípios prioritários para o turismo;
- articular o trade, IES e órgão oficiais;
- busca de financiamentos nacionais e internacionais
- elaboração de planos diretores nos municípios prioritários para o turismo;
- elaboração do planejamento estratégico nos municípios prioritários para o turismo;
- criar mecanismos de capacitação e sensibilização da comunidade.

#### 7-Gestão e certificação de qualidade dos produtos e serviços turísticos:

- viabilizar recursos aos municípios prioritários para o turismo
- busca de financiamentos internacionais
- montar sistema conjunto de parceria entre órgãos governamentais e não governamentais;
- criação de normas para a certificação de produtos turísticos/revisão das normas existentes;
- promover campanhas de conscientização e sensibilização do trade, comunidade e turistas.

#### 8-Ordenamento territorial e desenvolvimento responsável da infra-estrutura dos pólos regionais:

- disseminação de mecanismos de manejo e conservação, atingindo os municípios prioritários para o turismo;
- priorizar recursos para o municípios prioritários para o turismo;
- articular o trade, IES e órgão oficiais;
- busca de financiamentos nacionais e internacionais;
- elaboração do plano diretor de municípios prioritários para o turismo
- elaboração de planejamento estratégico nos municípios prioritários para o turismo;
- criar mecanismos de capacitação e sensibilização da comunidade;
- criar sinalização turística regional;
- criar legislação unificado nos estado;
- implantar e manter infra-estrutura nos municípios prioritários para o turismo;
- criar consórcios municipais.

### 9-Capacitação profissional

- desenvolver diagnóstico amplo e inter-setorial como pré-requisito para implantação de programas de capacitação;
- aproveitar os recursos humanos já capacitados como disseminadores de programas locais de capacitação;
- ampliar e melhorar a eficácia na capacitação de todos os atores e agentes ligados ao setor do turismo;
- articulação entre IES e mercado para execução de programas de capacitação e programas de estágios
- desenvolver metodologias adequadas e adaptadas as realidades sócio-culturais e regionais.

Foram responsabilizados pela execução dessas ações, de acordo com suas áreas de atuação o poder público em nível Federal, Estadual e Municipal, as instituições de classe, as organizações não governamentais e o trade turístico. São ações amplas, que realmente, darão sustentação ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Mas a preocupação é como colocá-las em prática, ali, no dia a dia da comunidade. Como fazer a comunidade se responsabilizar pelo desenvolvimento sustentável, especialmente do turismo em Alto Paraíso. Tem-se a firme convicção que é através da mobilização social, abordada no capítulo III deste trabalho. Através de um assunto, ou tema específico, que reacenda a paixão dos moradores por sua cidade, pode-se mobilizar a comunidade para a implantação da sustentabilidade.

Para chegar a esse ponto, tem-se ainda que abordar um tema importantíssimo para mobilização social em Alto Paraíso, que é o histórico das organizações não governamentais de Alto Paraíso, com seus objetivos e dificuldades.

#### **4.4-Associativismo em Alto Paraíso - Organizações não Governamental**

O surgimento de organizações não governamentais, instituições filantrópicas e associações data da década de 60 com as instituições denominadas Bona Espero e Cidade da Fraternidade. Com o decorrer dos anos

muitas outras foram fundadas, umas com tempo de atividades mais longo, outras mais curto. A seguir um breve histórico de entidades mais representativas citando suas principais atividades. As informações que se seguem foram retiradas do livro de Miguel Von Beher, Berço das Águas do Novo Milênio, constante da bibliografia, acrescidas de algumas observações sobre a atual situação de cada entidade.

#### FAZENDA ESCOLA BONA ESPERO

A Fazenda Escola Bona Espero, que na língua Esperanto significa boa esperança, foi fundado em 1957, próxima a área atual do Parque Nacional, com o objetivo de ser uma instituição educativa filantrópica. O grupo de idealistas havia recebido orientação espiritual para a realização do trabalho e sobre a necessidade de a instituição estar situada no centro do país. Tendo procurado em várias cidades do estado de Goiás, o grupo foi guiado para conhecer o ponto mais alto do Planalto Central, a região da Chapada, em Alto Paraíso, e aí se instalou, após ter recebido a doação de uma gleba de terras, tornando-se posteriormente uma espécie de ponte entre os esperantistas brasileiros e europeus, para dar chance de uma vida digna aos jovens da área rural da região.

O grupo sempre foi formado por esperantistas voluntários do Brasil e do Exterior, que viviam um vida comunitária nos moldes “dos valores morais, éticos e espirituais”, conforme dona Ursula Grattapaglia, que ali vive com seu marido há 41 anos. “A instituição sempre se preocupou em criar uma integração com o homem nativo do campo, educando os jovens nos conceitos éticos do social e ambiental, trazendo novas técnicas alternativas para a melhoria de vida no campo, como energia solar, eólica, alimentação alternativa, educação sanitária e atividades desportivas”, diz dona Úrsula. A instituição possui hoje uma sede na zona urbana do município, onde atende crianças que precisam cursar a 2ª fase do ensino fundamental, que não está disponível na fazenda.

A estrutura de funcionamento da instituição é coordenada por uma diretoria, onde seus diretores moram em Brasília, ou outras capitais, e vem até a instituição esporadicamente. A administração é feita por dona Ursula e seu marido há 41 anos. Eles, na verdade, “são” a instituição. O ritmo de atendimento às crianças vem diminuindo nesses últimos 2 anos, devido a “problemas internos”. Há alguns meses dona Ursula resolveu afastar-se da direção da Bona



Espero, que tem hoje suas atividades reduzidas substancialmente. Um outro casal assumiu a direção da instituição.

#### CIDADE DA FRATERNIDADE

Foi fundada em dezembro de 1963, quando foi erguido o marco inicial, um barraco de madeira e fixados dois pioneiros. É uma organização espírita Kardecista, onde vivem famílias em sistema cooperativo de produção agrícola e distribuição de renda, cujo objetivo é educar integralmente crianças abandonadas. A instituição fundadora é a Organização Social Cristã André Luiz – OSCAL, com sede em Belo Horizonte. A cidade foi projetada para 22 mil crianças e 8 mil adultos, segundo dona Romilda Rinco, pioneira daquela instituição onde chegou em 1964 e lá esteve até 1981, com seu marido e filhos.

O objetivo maior da Cidade da Fraternidade era dar amparo, em lares famílias, a crianças abandonadas, contando para isso com ajuda da OSCAL e com sua própria produção. Lá já existiu grandes hortas, plantio de arroz, soja e até de trigo. A população da cidade vivia uma vida em comunidade, onde todos faziam de tudo e dividiam tudo, direitos e deveres.

A escola existente, o Educandário Humberto de Campos, foi a primeira a atender os alunos de 5ª a 8ª série no município, e chegou a ter 200 alunos.

A comunidade chegou a receber crianças órfãs enviadas pela FEBEM de Brasília, atendendo mais de 100 crianças internas, e mais os filhos dos vizinhos de gleba que buscavam a escola.

Hoje, a vida na Cidade da Fraternidade já não é comunitária, cada um tem sua renda, que é proveniente principalmente dos trabalhos executados na escola, que é estadual e possui convênio com o município. Não recebe mais crianças para serem atendidas em lares famílias. Alguns dos 50 moradores estão lá há mais de 30 anos, outros são chegantes.

#### CENTRO COMUNITÁRIO E SOCIAL DE ALTO PARAÍSO

O Centro comunitário de Alto Paraíso – CECOSAP, foi fundado em 17 de janeiro de 1984, com 18 sócios. Pessoas da comunidade, motivadas pelo Dr. Vinholis associaram-se para tentar contribuir com a comunidade. Vários eventos foram realizados pelo Centro Comunitário entre eles: Miss Alto Paraíso, Rapaz simpatia, Dança Forró, Baile do Berrante.

O Centro Comunitário prestou serviços agrícolas com um trator que recebeu em doação por 10 anos; construiu, com recursos do Banco do Brasil, a Praça das Artes, mais conhecida como a Praça do Vinholis.

Ofereceu à comunidade cursos de inglês, francês e espanhol.

Através de um associada, administrou o Grande Hotel, construído com recursos do Projeto Alto Paraíso, que foi um marco no desenvolvimento da atividade turística de Alto Paraíso.

O Centro Comunitário deveria sobreviver da mensalidade dos sócios, que nunca pagaram. Assim, enquanto o presidente o “levava nas costas” ele sobreviveu, até que um dia, por volta de 1996, acabou...

#### ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL PAULO DE TARSO

Fundada em 1986, pela Sra. Romilda Rinco e sua família, abriga , em média 80 crianças necessitadas, em regime de internato e semi internato. Possui escola, primeira fase do ensino fundamental. É uma instituição filantrópica familiar. Os recursos para manutenção da instituição são advindos da produção agrícola da fazenda Posse, de propriedade da família.

Possui, na sede do município, uma escola que atende mais 100 crianças, oferecendo educação pré escolar.

Vem cumprindo com os objetivos a que se propõe, apesar de não ter a participação comunitária.

#### ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA SÃO JORGE – ASJOR

A ASJOR, foi fundada no dia 7 de fevereiro de 1988. A partir de 1992, a ASJOR ampliou suas atividades em direção à conservação do meio ambiente, aceitando o ônus de promover a educação ambiental dos moradores e cuidar do lixo que antes dessa data era depositado dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A entidade iniciou uma série de parcerias em defesa dos seus interesses, com instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais na área do meio ambiente, em conjunto com os governos federal, estadual e municipal.

A ASJOR conta com a colaboração de indivíduos e grupos que sempre auxiliam na organização de mutirões de coleta de lixo, ordenamento territorial, comemorações da semana do meio ambiente, aniversário do distrito, etc.

A eleição da diretoria acontece de 2 em 2 anos e tem sido bastante democrática, com diretorias atuantes nas áreas de interesse do distrito.

Tem suas dificuldades e conflitos internos, mas pode-se dizer que é uma organização não governamental que vem cumprindo com seus objetivos.

## INSTITUTO SOLARION

O Instituto Solarion foi criado em 1988, pela Sra. M.S. Mila, presidente do mesmo, até sua morte em 1998. Após a compra de um dos maiores atrativos de Alto Paraíso, as cachoeiras do Oco, denominadas depois de Anjos e Arcanjos, foi fundado o Instituto que tinha como principal objetivo administrar o parque ecológico.

Segunda dizia Mila, o Parque Santuário Solarion, situado no povoado do Moinho, é uma entidade educacional, ambientalista, sem fins lucrativos. Todo o trabalho desenvolvido visava melhorar a qualidade de vida e preservar a natureza.

“O parque não é um hotel, mas sim um espaço ecológico, comunitário, espiritualista e fraterno que oferece experiências nesse sentido e onde os trabalhos são realizados seguindo um plano de manejo espiritual”, comentava a presidente.

No local foram realizados cursos e vivências na área de educação ambiental, sobrevivência no cerrado, administração de parques ecológicos e formação de guias, tecnologias alternativas, liderança no terceiro milênio, relacionamentos, rituais xamânicos, tai-chi-chu-ã, etc.

Com a morte de Mila, assassinada dentro do próprio Parque, as atividades do Instituto Solarion foram cessando, e hoje é apenas um atrativo devido as belas cachoeiras.

## INSTITUTO LUA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – FAZENDA OSHO LUA

Os integrantes desta organização chegaram à região em 1991, inspirados por Osho e pela permacultura, à procura de um lugar para fundar uma comunidade rural ecológica.

Localiza-se a 60 km de Alto Paraíso, no vale do rio dos Couros, a cerca de 10km do Parque Nacional, e a área que tinha sido desmatada por antigos posseiros vem sendo reflorestada com técnicas de permacultura.

O trabalho é coordenado pela comunidade agroespírita, como se denominam, que vive em construções rústicas, feitas com material extraído do ambiente natural: pedra, palha, madeira e terra. Além das residências para os moradores, as construções incluem alojamento para hóspedes, salão para meditação, restaurante vegetariano, sauna e campo de vôlei.

Na Osho Lua, a busca da biodiversidade e auto-sustentabilidade inclui o aproveitamento das potencialidades ecoturísticas do lugar e dos talentos e vivências dos moradores. . A comunidade recebe continuamente visitantes e promove campos de meditação, cursos de agricultura agro ecológica, encontros terapêuticos, grupos de mountain-bike nas trilhas ecológicas, trekking para cachoeiras, etc.

Outra forma de conhecer a Lua é através do programa de troca de trabalho, onde se pode passar alguns dias em retiro, em troca de execução de atividades na fazenda.

A fazenda é de propriedade de 3 sócios estrangeiros, que estão no Brasil, em Alto Paraíso há algum tempo. São pessoas de situação financeira abastada, que investem na agricultura alternativa.

Nos últimos 2 anos, o mesmo grupo, ou parte dele, fundou uma produtora de eventos, que tem realizado a Transcendence, que recebe em média 4000 pessoas por ano, numa fazenda vizinha à Osho Lua, dos mesmos proprietários.

## ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES DE VISITANTES DA CHAPADA DOS VEADEIROS – ACV-CV

A ACV-CV nasceu em novembro de 1991, no último dia de treinamento para condutor de visitantes ecoturísticos da Chapada dos Veadeiros, promovido pela fundação Pró-Natureza (FUNATURA), quando começou a obrigatoriedade

de acompanhamento de um guia para visitar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Inicialmente, contava com 43 membros, a maioria garimpeiros de cristal de quartzo que agiam dentro do Parque, muitos deles semi-alfabetizados. Hoje, já passam de 150 seus associados, que foram habilitados posteriormente em vários cursos promovidos pelo IBAMA e pela própria Associação.

A existência da Associação é obrigatória pelo IBAMA. O turista só pode entrar no Parque acompanhado de guia credenciado pelo IBAMA, e para isso deve estar vinculado a alguma associação. Poderia se dizer que, devido a problemas internos, a ACV-CV ainda sobrevive devido a essa obrigatoriedade.

#### ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS EXTRATIVISTAS DE FLORES DO CERRADO DA CHAPADA DOS VEADEIROS – ASFLO

A Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado da Chapada dos Veadeiros nasceu em 1993 com o apoio do WWF , do IBAMA, CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) e da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

Visava a conservação dos campos úmidos e do cerrado da Chapada dos Veadeiros através da valorização e do manejo sustentável das atividades extrativistas (coleta, beneficiamento e comercialização)

A idéia era que com o extrativismo de flores e outros produtos, que já era uma atividade tradicional na região, pudesse se casar a necessidade de preservação com as atividades econômicas viáveis, que dependiam do cerrado em seu estado natural.

A ASFLO sobreviveu durante algum tempo, sempre com os mesmos diretores à frente. No entanto, conflitos de interesses não superados fizeram com que a associação acabasse, estando seus bens à disposição da justiça.

#### GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE –GAMA

No final de julho de 1993, crianças e jovens moradores de Alto Paraíso, na faixa etária entre 8 e 17 anos, preocupados com a degradação da natureza e as agressões ao meio ambiente urbano se reuniram para formar o GAMA – Grupo

de Apoio ao Meio Ambiente. Auxiliados por alguns profissionais, mentores do grupo, passaram a desenvolver um amplo trabalho nas áreas de artes cênicas e plásticas, educação ambiental, assistência social e saúde em Alto Paraíso, e em diversas cidades vizinhas, inclusive Brasília.

O principal objetivo era desenvolver um trabalho prático, que incentivasse o uso cuidadoso dos recursos naturais, por meio da educação ambiental.

O grupo realizou intensas campanhas de reciclagem e coleta de lixo, programas de educação ambiental nas escolas locais espetáculos artísticos, etc.

As crianças cresceram, mudaram-se de Alto Paraíso, e o grupo desestabilizou-se. Existe ainda hoje com uma diretoria mas não com o mesmo ritmo de atividades do início. Seu mentor, Mauro Soares, que é quem “segura” o GAMA, hoje é secretário de Turismo e Meio Ambiente, e envolve o nome da instituição em várias atividades que executa.

#### OFICINA DE CIÊNCIAS E ARTES - OCA – BRASIL

A Oca Brasil é uma instituição reconhecidamente de interesse público municipal de caráter associativo aberto, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, direcionada à preservação ambiental e à ecologia humana.

Suas atividades foram iniciadas em 1994 e consolidou-se como instituição em 1997.

Dentre seus objetivos destaca-se a contribuição para a formação de uma consciência coletiva quanto à necessidade de conservação do meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento cultural nacional e planetário.

Atua na área de ciências e artes, por meio da promoção de festivais, cursos, vivências e oficinas de microjardins, etc., visando ao desenvolvimento humano e à difusão cultural nos seus mais diversos aspectos. Com hortas e viveiro de mudas próprios, e oficina de marcenaria, a OCA recebe qualquer pessoa disposta a pagar sua hospedagem e a participar das inúmeras tarefas diárias necessárias para manter a casa em ordem.

Inicialmente eram mais de 50 pessoas envolvidas diretamente com a instituição, além de vários colaboradores externos. Hoje esse número já está bastante reduzido.

A instituição é administrada pelo dono das áreas onde foi construída a infraestrutura.

## ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DO MOINHO – AMORMOINHO

A Associação dos Moradores do Povoado do Moinho – AMORMOINHO foi fundada por 35 moradores em 1996.

Seus principais objetivos são a valorização do ser humano e sua integração ao processo de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, defendendo os interesses dos moradores do Povoado.

A eleição da diretoria acontece de 2 em 2 anos . A atual diretoria é formada por pessoas que nasceram no povoado, e estão um pouco desestimulados por não receber apoio dos moradores da comunidade.

## INSTITUTO CENTRO DE VIVÊNCIAS CRESCER

O Instituto CRESCER é uma organização civil, sem fins lucrativos, criado para apoiar projetos educativos e culturais, que se destinam especialmente às crianças e jovens, estimulando e sustentando atividades saudáveis e criativas, sejam elas esportivas, educativas, ecológicas, artísticas ou profissionalizantes. Deseja oferecer aos jovens, através de programas pertinentes e oportunos, algumas alternativas práticas e positivas de vida, que valorizem seu potencial, e lhes abram novas perspectivas de vida afim de que se tornem, no futuro, adultos conscientes, respeitadores, produtivos e criativos.

As deliberações são tomadas por três pessoas: presidente, vice-presidente e secretária, após consultar ou não o Conselho Consultivo, que é convocado conforme a necessidade e o assunto.

O conselho consultivo é constituído de colaboradores ocasionais e especialistas vinculados a diferentes áreas do conhecimento.

O CRESCER é uma instituição que foi criada pela Sra. Jeanete Sigaud, presidente da instituição. Vem cumprindo com seus objetivos, atuando na área educacional e assistencial, com a participação de algumas pessoas da comunidade.

## OUTRAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

- 1- Associação de Proteção ao Meio Ambiente do Sertão - APROMAS
- 2- Associação dos Amigos da Saúde – ASAS
- 3- Associação Brasileira de Comunidade Alternativas – ABRASCA
- 4- Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte – AMORIZONTE
- 5- Associação Comercial de Alto Paraíso – ACIAP
- 6- Rede Alpa – Paraíso Agora
- 7- Cooperativa Regional de Trabalho Autônomo em Apoio ao Meio Ambiente – COOPERAMA
- 8- Sindicato Rural de Alto Paraíso
- 9- Instituto de Projeceologia
- 10- Grupo vira Mundo
- 11- Associação Paraisense Cristã de Ensino
- 12- Espaço Infinito
- 13- Casa do Caminho Maria de Nazaré
- 14- Sociedade Espírita Irmã Sheila
- 15- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bom Sucesso
- 16- Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Posse
- 17- Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda João Preto
- 18- Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Esusa
- 19- Associação do Vale do Rio dos Macacos,
- 20- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 21- Associação dos Pequenos Produtores do Pé de Serra
- 22- Associação Recreativa Centro Oeste – ARCO
- 23- Associação de Amigos e Pais de Portadores de Necessidades Especiais
- 24- Rotary Club
- 25- Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Moisés N. Bandeira
- 26- Associação dos Artistas e artesãos de Alto Paraíso
- 27- Associação dos Trabalhadores na área de saúde

## CONSELHOS MUNICIPAIS



Uma forma de se propor a participação comunitária nas decisões políticas em várias áreas do município é através dos Conselhos Municipais, que geralmente são paritários. Em Alto Paraíso existem os seguintes conselhos municipais:

- 1- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 2- Conselho Municipal de Saúde
- 3- Conselho Municipal de Educação
- 4- Conselho Municipal de Assistência Social
- 5- Conselho Municipal de Turismo
- 6- Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente
- 7- Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- 8- Conselho Municipal de Segurança
- 9- Conselhos Escolares

A existência dos Conselhos Municipais, na maioria dos casos, é obrigatória por lei, para liberação de recursos pelos órgãos federais. Em algumas situações são exigidos pareceres dos Conselhos para aprovação de projetos. Com essa obrigatoriedade os Conselhos em Alto Paraíso, em sua maior parte, estão em funcionamento, sendo alguns consultivos e outros deliberativos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSOCIATIVISMO EM ALTO PARAÍSO

Historicamente Alto Paraíso possui uma tradição em constituição de organizações não governamentais. Segundo informações do Cartório de Registro Civil são mais de 80 instituições não governamentais registradas. Mais outras tantas que se dizem constituídas e não são registradas legalmente.

São muitas instituições para uma cidade de apenas 7000 habitantes. Aparentemente, pelo número de instituições, é uma comunidade muito mobilizada para as questões comunitárias, pois em seus objetivos, todas as instituições pretendem promover o bem coletivo.

Na prática, não é essa a realidade. Dessas mais de 80 instituições existentes são poucas as que funcionam efetivamente. Algumas já estão desativadas, com seus imóveis e bens à disposição da justiça, como é o caso da ASFLO. Outras, apenas funcionam pois existe uma pessoa que a comanda, que

é a “dona” da instituição, que foi quem a fundou, quem a colocou em funcionamento, por ideal comunitário, ou por interesses próprios. É o caso da Associação Paulo de Tarso, do Instituto CRESCER ou da OCA.

Constata-se que as instituições que estão funcionando em Alto Paraíso não são representativas da comunidade. Podem até defender os interesses da mesma, mas não são democráticas em suas eleições, e não saem das mãos de seus “donos”.

O processo de formação e continuidade de organizações não governamentais vem se repetindo em Alto Paraíso da seguinte forma: surge uma necessidade, detectada por uma ou mais pessoas, que começam a se reunir e debater o assunto e a vislumbrar uma série de ações que tragam mudanças efetivas à situação em pauta. Registra-se a organização, para que passe a ser oficial. Uma diretoria provisória é eleita. Nas primeiras tomadas de decisões iniciam-se os conflitos. Há divergências comuns. No entanto não se consegue chegar a um consenso. Então, um grupo mais insatisfeito se afasta e funda outra entidade, onde os seus interesses possam ser levados em conta.

É uma situação recorrente.

Há algumas instituições que conseguem sobreviver, que atingem seus objetivos. Constata-se que as instituições que conseguem realmente ser atuantes na comunidade, que de alguma forma atingem seus objetivos, são aquelas que possuem um “dono”. Aquela pessoa que fundou a instituição, que luta por ela, que busca recursos, que faz as coisas acontecerem, está sempre à frente da diretoria. Instituições atuantes nesses moldes por muitos anos, já deixaram de funcionar quando o seu “dono” a deixou, como foi o caso do Instituto Solarion.

Outras instituições conseguem sobreviver devido a necessidade imposta por outros órgãos, como é o caso da Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVCV – e da SERVITUR, outra associação de guias, formada por dissidentes da ACVCV. O IBAMA exige, para a entrada no Parque com turistas, que o guia seja credenciado por meio de uma associação. Assim é necessário que as associações, apesar das divergências, das dificuldades de mobilização, se mantenham funcionando e cumprindo seus objetivos.

A constatação que se faz é que, apesar do número de instituições não governamentais existentes no município de Alto Paraíso, não há mobilização

social, principalmente mobilização social para se alcançar a sustentabilidade no turismo, que é a base da economia local e que grandes benefícios pode trazer a comunidade.

## 5 - PROJETO NOVO LIXO: UM ESTUDO DE CASO

Como estudo de caso, buscando a comprovação da inexistência de mobilização social na comunidade de Alto Paraíso, apresentamos o projeto Novo Lixo. Este projeto não foi efetivado devido a incapacidade administrativa do poder público, principalmente incapacidade de convocar vontades, incapacidade de ser o produtor social, e a falta de interesse, por desinformação, da comunidade local, que não mobilizou-se para a efetivação do Projeto Novo Lixo.

Na verdade a comunidade local nem mesmo tinha conhecimento do que era o Projeto Novo Lixo e qual sua importância para o desenvolvimento sustentável do município. O histórico de ocupação do município demonstra claramente que os moradores pioneiros eram pessoas de origem humilde, sem informações. O lixo era jogado em buracos nos fundos dos quintais, os famosos buracos de lixo, sem nenhuma separação, e as fossas eram negras ( buracos no fundo do quintal em que são depositados os dejetos sanitários e de esgoto).

Com a chegada dos imigrantes é que esses hábitos começaram a mudar lentamente. As fossas, nas novas construções, passaram a ser sépticas( fossas calçadas com tijolos, com dois compartimentos), e os buracos de lixo, ainda existentes, passaram a ser separados, em orgânicos, e inorgânicos. Os buracos em que eram depositados lixo orgânico, eram aproveitados para o plantio de horta, de fruteiras, etc...

Com o aumento do fluxo turístico em Alto Paraíso, na década de 90, a deficiência da infra-estrutura para atender aos visitantes ficou evidente. O aumento de volume de lixo, em finais de semana, feriados prolongados e férias, tornou-se um problema para a comunidade. Não havia onde colocar o lixo. Os buracos nos fundos de quintal eram insuficientes, devido ao grande volume que se acumulava. Pousadas e restaurantes contratavam camionetas para retirar o lixo e jogá-lo nas caixas de empréstimo à beira da rodovia GO 118. Essas caixas de empréstimo, além de seu uso ser ilegal, foram ficando saturadas de lixo, e as camionetas começaram a jogar o lixo em qualquer lugar, próximos a nascentes, ou em entrada de atrativos turísticos. A situação era caótica.

Em 1993 inicia-se a coleta diária de lixo, feita por uma carreta de trator, sendo determinado um local, a céu aberto, o lixão, para depósito dos resíduos sólidos. Esse local, que era uma propriedade particular, foi negociado pela Prefeitura Municipal para abrigar a construção futura de usina de reciclagem de lixo acompanhada de coleta seletiva. O local dista da sede do município em 3 km.

O Projeto Novo Lixo foi então, elaborado em 1995 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, que efetivou convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente para sua implantação. O projeto consistia na construção de usina de reciclagem e coleta seletiva de lixo.

Em 1996, a usina foi construída e equipada. Constava do projeto a construção de um galpão de coleta de lixo, aterramento e benfeitorias de pátio de aterro sanitário, cercamento do local, arborização e paisagismo. Foram adquiridos os seguintes bens: containers, caminhão, carreta basculante, carrinhos de mão, lixeiras, escrivaninhas, cadeiras, armários, arquivos, prateleiras, prensas, enfardadeiras, balança de 200kg, mesa de classificação com moega, suporte com alça, e ferramentas. (Equipamentos necessários para operacionalização da usina) No projeto inicial constava recursos para um trabalho de educação ambiental, onde estava prevista a impressão de cartilhas, apresentações teatrais, distribuição de sacos de lixo coloridos para seleção de lixo orgânico e inorgânico. Havia ainda recursos para elaboração de campanha de conscientização para coleta seletiva de lixo.

O objetivo geral do projeto era “promover a viabilização de ações que visem à coleta e disposição final do lixo da cidade, de forma seletiva e reciclada, aproveitando-se todo o produto e subproduto coletado e reciclado, de forma econômica, com a conseqüente proteção e preservação do meio ambiente.”

E os objetivos específicos eram:

- “Educar os escolares para a coleta seletiva do lixo com a utilização de material informativo e ilustrativo;
- Adequar os utensílios de coleta às reais necessidades de coleta, tais como containers, latões, sacos plásticos, veículos de transporte, vestimentas de coletadores, etc;
- Preparar e desenvolver campanha junto aos usuários do sistema de coleta, a fim de que o plano de trabalho funcione a contento;

- Por em funcionamento o sistema de coleta e o de reciclagem com a utilização de métodos de pós-seleção, tais como escolhas, prensagem, enfardamento, aterramento, etc;

- Fazer reavaliação e reciclagem periódica sobre a educação ambiental voltada para coleta seletiva e sobre as operações que envolvem o processo.”

A justificativa apresentada ao projeto foi a seguinte:

“Melhoria imediata na qualidade de vida da população com a limpeza da cidade, uma influência positiva no desenvolvimento da atividade turística do município, e as contribuições à preservação e proteção ao meio ambiente, haja visto a cidade estar localizada em área de interesse ambiental, próxima ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e em região das nascentes e importantes bacias hidrográficas do país.”

Percebe-se nessa justificativa, já naquela época, a preocupação com o desenvolvimento sustentável da atividade turística na região e o manejo do lixo como importante fator para adquiri-se essa sustentabilidade.

No projeto consta ainda a “repercussão esperada após a conclusão do projeto” que é a seguinte:

“Com a conclusão do projeto, Alto Paraíso estará dando mais uma mostra ao mundo, de que é possível preservar o meio ambiente, a começar pela escola, atingindo a conscientização popular. Coletar seletivamente o lixo e reciclá-lo significa poupar a natureza de agressões e de exaustão. Assim, espera-se que o exemplo seja seguido por outros municípios, em benefício da nação brasileira e do mundo”.

Claramente percebe-se que a intenção era de que a coleta seletiva e a reciclagem de lixo em Alto Paraíso fosse modelo para a região e para o Brasil, e talvez para o mundo.

A operacionalização do Projeto Novo Lixo era a seguinte: o sistema de coleta seria dividido em lixo orgânico e lixo inorgânico, coletados em dias diferentes da semana, alternadamente, em sacos de plástico de cores diferentes. Ao chegar à usina, o lixo já coletado seletivamente teria o seguinte destino: o orgânico iria para o aterro sanitário, e o inorgânico para a usina onde seria classificado, prensado e embalado para posteriormente ser comercializado.

Para que o Projeto Novo Lixo fosse exequível era fundamental que a coleta seletiva acontecesse efetivamente. Para tanto seria necessário que a população,

em seu manejo diário com o lixo, selecionasse adequadamente, dentro dos sacos coloridos, o lixo orgânico e o inorgânico. E ainda, que os colocasse na porta de casa nos dias certos da semana.

Para tanto seria necessário que um programa de educação ambiental antecederesse a operacionalização da coleta seletiva. Assim, com recursos alocados no projeto inicial, confeccionou-se cartilhas que seriam o instrumento para o trabalho de educação ambiental que teriam como principal foco as donas de casa, a população estudantil e os turistas.

Conforme já ficou explicitado neste trabalho, Alto Paraíso possui um elevado nível de consciência preservacionista, existindo muitas Organizações Não Governamentais com esse propósito. Assim, o Projeto Novo Lixo contava com a colaboração dessas ONGS, para a realização do trabalho de educação ambiental junto à comunidade. Estavam envolvidas no projeto: IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Alternativas), GAMA (Grupo de Apoio ao Meio Ambiente), WWF (Fundo Mundial Para a Natureza), e ASJOR (Associação dos Moradores do Povoado de São Jorge).

O projeto foi executado ao final do ano de 1996, com a conclusão das obras e o início do trabalho de educação ambiental, onde foram distribuídas as cartilhas juntamente com eventos teatrais realizados em escolas, praças, e outras oportunidades em que tivesse aglomerado de pessoas. A participação das ONGS foi tímida não havendo um compromisso real com o projeto.

Constatou-se que o trabalho de educação ambiental deveria continuar ao longo de vários meses e talvez alguns anos, para realmente atingir-se os objetivos propostos.

Em 1997, assumiu uma nova administração pública. Devido a mudança de gestão pública, e por ser um projeto da gestão anterior, o material impresso, cartilhas, folhetos, foram em parte distribuídos aleatoriamente, e outra grande parte ficou nos depósitos sem serem utilizados para os fins previstos no projeto.

A coleta seletiva foi abandonada, assim como os equipamentos da usina. O lixo continuou a ser coletado diariamente, sem nenhuma seleção. O local, que deveria ser um modelo para o Brasil de tratamento adequado de resíduos sólidos, transformou-se em um lixão a céu aberto.

A comunidade não se manifestou a respeito do abandono do projeto, pois não estava envolvido a esse ponto. Aos poucos foi se dando conta de que alguma estava errada. O lixo não estava sendo tratado como deveria e a comunidade foi sentindo as conseqüências disso. O aumento do volume de lixo nas portas das casas, dos restaurantes e pousadas devido a coleta inadequada, e ao crescente aumento do fluxo turístico, a mistura de lixo orgânico com lixo inorgânico já não era observada, o aumento de moscas em todas os lugares da cidade era visível. Fatos conseqüentes de um projeto que foi abandonado pelo setor público e ignorado pela comunidade.

Na verdade constata-se que, para um projeto desse porte, que abrange mudança de comportamento de toda uma comunidade, a mobilização social deveria ter sido levada em conta dentro dos conceitos apresentados anteriormente: como o princípio da cidadania e da democracia. A comunidade deveria ter-se apropriado da responsabilidade de cuidar de seu patrimônio, neste caso manejando os resíduos sólidos – lixo, preservando-o para gerações futuras. Dessa forma, o órgão público, no caso a Prefeitura Municipal, que abandonou o projeto, não teria meios de fazê-lo, pois a comunidade teria se apropriado do mesmo.

Em 2001, uma nova administração assumiu a Prefeitura Municipal, a mesma que em 1996 havia tentado implantar o Projeto Novo Lixo. Conseguiu-se nova fonte de recursos junto a Gerência de Desenvolvimento Urbano – GIDUR, órgão da Presidência da República, dentro do Programa Morar Melhor – Ação Saneamento, para implantação da usina de reciclagem de lixo.

Para a implantação desse novo projeto buscou-se o apoio da Agência Ambiental do Estado de Goiás para a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o Município de Alto Paraíso.

Esse Plano tem como finalidade “orientar e organizar as ações da Administração Pública Municipal no que diz respeito aos serviços de limpeza pública prestados á comunidade, definindo algumas operações essenciais e propondo a adequação da infra-estrutura existente, necessárias para obter a melhor eficiência possível desse serviços, de forma compatível com as características específicas de ordem econômica, social e ambiental que o Município apresenta” (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Alto Paraíso – Agência Ambiental).



O público alvo desse Plano de Gerenciamento é a população fixa residente no município, inclusive Distrito de São Jorge e Povoado do Moinho, áreas de abrangência do Plano, e a população flutuante, resultante do turismo existente na região.

Segundo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos a infra-estrutura necessária para a destinação final do lixo deve ser composta de:

1- Aterro controlado para a disposição final de resíduos sólidos urbanos, constante de trincheira para disposição do lixo comum, trincheira para disposição de lixo hospitalar e sistema de tratamento de chorume em lagoas de estabilização. Este aterro está totalmente implantado.

2- Usina de triagem e compostagem de lixo - construção concluída, apropriada para processar 15 toneladas de lixo domiciliar por dia. Alto Paraíso hoje produz 7 toneladas por dia.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Alto Paraíso tem como princípio básico o programa de coleta seletiva, baseado na participação popular dos munícipes, realizada nas residências e na participação das economias que geram grandes quantidades de resíduos. São parceiros essenciais: a comunidade de Alto Paraíso em geral e os empreendimentos econômicos voltados para o turismo.

Segundo o Plano, as operações de coleta seletiva têm como objetivo interromper o ciclo do lixo, recuperando os materiais em situação pós-consumo e pós-industrial enquanto os mesmos ainda conservam suas propriedades e mantêm-se limpos, condições essenciais para a reciclagem, tendo como consequência imediata a redução dos volumes de lixos a transportar e principalmente aterrar.

Outro aspecto a considerar, segundo o Plano de Gerenciamento, é o grande valor político-institucional que um programa de coleta seletiva traz para a cidadania local. Exigindo a conscientização da importância da participação individual na manutenção da qualidade do meio urbano, programas como esse estimulam as relações de cumplicidade do indivíduo com sua comunidade e esta com sua cidade desencadeando sentimentos, estabelecendo e aprofundando relações.

A gestão do programa de coleta seletiva de lixo deve ser pública, onde o município atua como catalisador dos processos sociais, sendo o responsável

pelo planejamento, fiscalização e execução direta ou terceirizada e convoca os demais segmentos sociais e os cidadãos para participarem do programa assegurando-lhes espaços permanentes de participação, para ações compartilhadas no planejamento, execução e fiscalização.

Ainda segundo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, por ser a gestão dos resíduos pública é necessário ter presente as referências que poderão nortear os serviços públicos de maneira a fazê-los atender aos anseios da comunidade, como serviços de qualidade, para que essa possa sentir que está compromissada com a melhoria do padrão de vida de todos. A limpeza urbana então, deve manter os princípios de eficiência, eficácia, equidade, credibilidade e segurança.

Para que o Projeto Novo Lixo, em sua nova versão, se efetive é necessário que a comunidade acredite que ele trará benefícios a todos, é necessário que ele se transforme em um consenso coletivo, que todos tenham um interesse compartilhado mas, que haja um interesse individual também.

Com o Projeto Novo Lixo o interesse coletivo é ter uma cidade limpa, para a população fixa e para a população flutuante, que hoje é a base da economia do município, através do turismo. Voltamos aqui à discussão de sustentabilidade no turismo, e à relação turismo e meio ambiente. A limpeza urbana é fator primordial para que essa sustentabilidade exista, e para que o meio ambiente seja preservado apesar da ação do turismo. Sem o envolvimento e o compromisso da comunidade não há desenvolvimento sustentável.

A infra-estrutura do Projeto Novo Lixo está pronta. A usina foi reconstruída, novas máquinas foram compradas, e a filosofia do trabalho, que é a participação comunitária, está estabelecida.

Agora o grande desafio é mobilizar a comunidade.

## 6 – DESENVOLVENDO UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOVO LIXO EM ALTO PARAÍSO

A implantação do projeto Novo Lixo é apenas um item do longo processo em busca da sustentabilidade tão sonhada no turismo de Alto Paraíso. No entanto, deve-se iniciar o processo com pequenos passos, mas efetivos. Acredita-se que se a comunidade aprender a se mobilizar, através do sentimento da necessidade de se cuidar do meio ambiente, através do tratamento adequado dos resíduos sólidos, será um vislumbre das mudanças de atitude necessárias à efetivação da sustentabilidade no cotidiano das pessoas.

O desenvolvimento do turismo sustentável em Alto Paraíso, passa necessariamente pelos cuidados com o meio ambiente. Os cuidados com o lixo que produzimos são cuidados com o meio ambiente.

Assim, a proposta é de que através da mobilização social para implantação do projeto Novo Lixo, chegue-se a mobilização social para o objetivo maior que a sustentabilidade no turismo. Não há como separar uma coisa da outra quando se fala em sustentabilidade. Uma vez assimilado internamente esse conceito ele se expande para todos os âmbitos e campos de atuação da comunidade. Se a comunidade estiver mobilizada para cuidar do seu lixo, com certeza estará mobilizada para cuidar de todo o meio ambiente que é seu patrimônio.

### 1-Definindo os Atores

Conforme já foi definido no capítulo sobre mobilização social, os atores desse processo são: o produtor social, os reeditores sociais e o editor.

Para a mobilização social para implantação do projeto Novo Lixo em Alto Paraíso, consideraremos os seguintes atores:

- **Produtor Social** – Será a Prefeitura Municipal por possuir a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que o processo de mobilização ocorra, tendo como objeto a gestão pública do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

- **Reeditores** - os principais reeditores desse processo de mobilização serão os educadores da rede municipal de ensino, incluindo diretores de escola,

orientadores, coordenadores, merendeiras, os locutores da rádio comunitária, os funcionários públicos municipais e os pastores e padres.

- **Editor** – profissional da área de comunicação, integrante da equipe de comunicação da Prefeitura Municipal, que conheça a fundo o projeto Novo Lixo e o campo de atuação dos educadores, locutores, funcionários, padres e pastores: os reeditores,

## 2-Definindo os passos:

Um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o do despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude ou mudança. O segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação.<sup>9</sup>

(A., Jose Bernado Toro, Weneck, Nisia Maria Duarte)

Para se despertar o desejo na comunidade é primordial que ela sinta a necessidade de mudança. No caso da situação do lixo em Alto Paraíso, muitas pessoas já sentiram essa necessidade. Outras não. Assim é necessário dar informação às pessoas para que elas tomem conhecimento da situação que precisa ser trabalhada. Esse é o primeiro passo: dar informações, transmitir dados, estatísticas, colocar as pessoas a par dos acontecimentos. Fazer um diagnóstico da situação do lixo em Alto Paraíso, apontando as dificuldades, mas sinalizando com esperança e alternativas. Nesse momento estrutura-se a rede de reeditores. Os reeditores devem ter todas as informações sobre o Plano de Gerenciamento, e o que se pretende com ele, sobre o histórico da situação do lixo em Alto Paraíso, e sobre os próximos passos.

Com a sinalização de esperanças e alternativas, de que algo pode ser feito, se expressa a criação de um imaginário, do sonho a ser alcançado, do motivo da mobilização. É nesse momento que a paixão pela causa deve se expressar, as pessoas se sentirem envolvidas e fazendo parte desse imaginário construído coletivamente. A comunicação nesse momento é de grande importância para que as informações possam circular, e para que todos se sintam parte do processo. É necessário que os reeditores sintam que o que estão fazendo e decidindo em seu campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por

---

<sup>9</sup> Opus citatum

outros em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

Deve-se então converter o imaginário produzido em materiais e mensagens a serem utilizados pelos reeditores em seu campo de atuação, que devem ser os primeiros a ter acesso aos materiais. Os educadores, funcionários públicos, locutores de rádio e padres e pastores devem ter acesso a materiais que possam ser usados dentro da sala de aula, em locais de trabalho dos funcionários, em igrejas e em programas de rádio. A confecção desses materiais é feita pelos editores que repassam aos reeditores. Quando esses estiverem seguros sobre as informações obtidas pode-se abrir o movimento.

A rádio comunitária pode ser um instrumento valioso para essa etapa, através de programas de debates, de levantamento das necessidades, de depoimentos de comunitários. Pode-se começar tendo como imaginário o desejo de mudar, para depois evoluir para o resultado final que se pretende: Alto Paraíso como modelo de manejo sustentável de resíduos sólidos, ou Alto Paraíso: a cidade turística mais limpa do Brasil.

Com o imaginário definido, as pessoas devem se achar poderosas, capazes para alcançar o imaginário proposto. Deve-se dar alternativas de ação a elas. Nessa fase deve-se dar um elenco de ações aos integrantes do processo de mobilização de modo que eles possam atuar e sentir-se fazendo parte do processo, do grupo, da coletividade. Eles devem saber que em outro lugar, outras pessoas, ao mesmo tempo, estão desenvolvendo ações com o mesmo propósito. As primeiras ações devem ser em grupo, para que as pessoas se sintam seguras de atuar individualmente depois.

Cabe então aos editores transformar o conteúdo proposto em mensagens adequadas a cada grupo de reeditores, para que os mesmo possam atuar. A mensagem deve ser coerente e adaptada ao campo de atuação do reeditor, para que ele possa convertê-la em forma de sentir e agir. Por isso os editores devem ter conhecimento sobre o campo de atuação do reeditor, para que a troca de informações esteja sempre aberta entre eles.

O processo de mobilização não tem dono, assim é necessário assegurar que todos que quiserem fazer parte dele poderão participar. Para isso é necessário que as informações estejam sempre circulando, e que as ações estejam acima de partidos políticos, ou religiões. Se em algum momento for

necessária uma liderança, não deve significar superioridade ou propriedade do processo. E ainda não deve haver hierarquias ou jogos de poder. Deve haver lugar para todos, de acordo com suas possibilidades e interesses, por isso é um processo com princípios democráticos.

A maioria dos problemas aparecem quando alguém quer ser dono, manipular e exercer autoridade sobre os outros, quando esquecemos o conceito de cidadão e os princípios da democracia. E aí a solução não é medir força ou contrapor outra autoridade, mas ampliar o movimento, abrir mais, dar espaço para que os conflitos apareçam e sejam negociados, relembrar os conceitos.<sup>10</sup>

(A., Jose Bernado Toro, Weneck, Nisia Maria Duarte)

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso como produtora social não é a dona do processo de mobilização social para implantação do Projeto Novo Lixo. A gestão deve ser pública aliada ao processo de mobilização social.

Havendo a mobilização social a comunidade irá apropriar-se do Projeto Novo Lixo, exigindo de administrações vindouras que a gestão pública seja exercida.

O mais importante nesse processo de mobilização social para a implantação do Projeto Novo Lixo em Alto Paraíso, como um modelo de sustentabilidade, é que as pessoas tenham informações a cerca do mesmo para que as vontades sejam mobilizadas, e o imaginário coletivo seja construído. A partir daí são pequenos passos, um atrás do outro, que farão de Alto Paraíso, um modelo de desenvolvimento de turismo sustentável.

---

<sup>10</sup> Opus citatum

## 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o levantamento do referencial teórico, sobre os conceitos de sustentabilidade, turismo sustentável e mobilização social, concluiu-se que não há como se pensar em desenvolvimento sustentável da atividade turística sem a participação efetiva da comunidade local, em todos os seus segmentos, mesmo havendo conflitos de interesses.

O estudo do caso de implantação do Projeto Novo Lixo em Alto Paraíso, Goiás, cidade em que vem se desenvolvendo a atividade turística já há alguns anos, e que já sente impactos dessa atividade em seu ambiente natural, social e cultural, veio comprovar a afirmativa de que não há desenvolvimento sustentável sem a participação da comunidade.

A mobilização social, como processo a ser implantado na comunidade pela própria comunidade, é um instrumento de exercício de cidadania, dentro dos princípios da democracia.

O desenvolvimento de atividades sustentáveis passa por um longo processo de mudanças comportamentais de todos, que levará gerações e gerações para acontecer de forma ampla e irrestrita.

No entanto, entendemos que a proposta feita é um primeiro passo para que a comunidade de Alto Paraíso se mobilize em busca do desenvolvimento sustentável do turismo em Alto Paraíso, o que resultará na conservação de seu patrimônio natural e cultural para as gerações futuras, que é o objetivo primordial do desenvolvimento sustentável em sua conceituação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A., José Bernado Toro, WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1997.

BEHR, Miguel von. **Berço das Águas do Novo Milênio: Chapadas dos Veadeiros - Goiás.** Brasília: Ibama, 2000.

BRASÍL, Senado Federal. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento.** 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

FARIA, Dóris Santos de, CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

LIMA, Luiz. **Entre Cimos Nublados uma solidão Selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros.** Brasília: Thesaurus, 2001.

MONTORO, Tânia Siqueira (Orgs.). **Comunicação Cultural, Cidadania e Mobilização Social.** Brasília/ Salvador: Universidade de Brasília, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceito e impacto ambiental.** 2 ed. São Paulo: Aleph, 2000.

SIQUEIRA, Deis Elucy, MACHADO, Maria Salete Kern. **Educação, Turismo e Hospitalidade: Cultura e Sociedade.** Brasília, 2003.



SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: meio ambiente e economia. Vol.2.  
São Paulo: Aleph,2000.

**ANEXOS A**

1-Fotos do Lixão a Céu Aberto - Alto Paraíso - novembro 2003

















**ANEXO B**

**1. Fotos da Usina de Reciclagem de Lixo e Aterro Sanitário – Alto Paraíso –  
GO – novembro 2003**























